



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LISSANDRA DOS REIS PORTELA**

**ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS FINANÇAS PESSOAIS E NOS  
INVESTIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO DOS SERVIDORES DA UFOPA NO  
PERÍODO DE 2024 A 2025**

**Santarém-PA  
2025**

**LISSANDRA DOS REIS PORTELA**

**ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS FINANÇAS PESSOAIS E NOS  
INVESTIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO DOS SERVIDORES DA UFOPA NO  
PERÍODO DE 2024 A 2025**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Instituto de Ciências da Sociedade. Orientador: MsC. Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho.

**Santarém-PA  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- P843a     Portela, Lissandra dos Reis  
            Análise da educação financeira nas finanças pessoais e nos investimentos: um estudo de caso dos servidores da UFOPA no período de 2024 a 2025. / Lissandra dos Reis Portela. - Santarém, 2025.  
            76 p.  
            Inclui bibliografias.
- Orientador: Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho.  
            Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharel em Ciências Econômicas.
1. Educação financeira. 2. Servidores. 3. Endividamento. 4. Planejamento financeiro. 5. UFOPA. I. Ramalho, Ênio Erasmo de Oliveira, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 332.02098115



## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, na **Unidade Tapajós – Sala 321 – BMT I**, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **LISSANDRA DOS REIS PORTELA** (matrícula: 2020012209), intitulada: **ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS FINANÇAS PESSOAIS E NOS INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO COM OS SERVIDORES DA UFOPA 2024/2025**, sob orientação do Prof. Msc. Enio Erasmo de Oliveira Ramalho que compôs a banca examinadora com a Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte e o Prof. Dr. Tarcísio da Costa Lobato. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 9,96. Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Msc. Enio Erasmo de Oliveira Ramalho lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Msc. Enio Erasmo de Oliveira Ramalho – Orientadora

Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Membro da banca

Dr. Tarcísio da Costa Lobato – Membro da banca

Lissandra dos Reis Portela – Discente

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Jeová Deus por me conceder a saúde, a sabedoria e a perseverança necessárias para concluir este trabalho.

À Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), pela oportunidade de estudar numa universidade pública, onde tive o privilégio de ter um ensino gratuito e de qualidade.

À minha família, Conceição, Lucivaldo e Lissa, por todo o apoio, incentivo, compreensão e amor incondicional ao longo dessa caminhada. E a todos os meus familiares pelo apoio e carinho.

A uma pessoa muito especial, Samuel Chaves, que sempre esteve ao meu lado e me apoiou em todos os momentos, pelo incentivo constante e por acreditar no meu potencial. Sua presença, compreensão e apoio foram fundamentais para que eu superasse cada desafio que passei e alcançasse esta etapa da minha trajetória.

A minha amiga Alanna Tapajós, pela amizade, companheirismo e por estar presente nos momentos em que mais precisei. Agradeço o apoio, nossas conversas e por cada palavra de incentivo que você me falava quando eu achava que não ia conseguir, foram fundamentais para que eu mantivesse o foco.

Ao meu orientador, Prof. Enio Ramalho, pela atenção, paciência, pelas valiosas orientações e contribuições fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos professores Tarcísio Lobato, Luiz Feijão e Leila Monte, por estarem comigo durante toda essa trajetória, por acreditarem no meu potencial, e por serem um grande exemplo.

A todos os meus amigos e colegas, que, direta ou indiretamente, me apoiaram durante esse processo.

A todos os servidores da UFOPA que participaram da pesquisa, pela disponibilidade e confiança, tornando possível a realização deste estudo.

Agradeço, enfim, a todas as pessoas que contribuíram para que este momento fosse possível.

## RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise da situação financeira dos servidores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com ênfase na relação entre conhecimento, comportamento e decisões financeiras. A relevância da pesquisa reside na necessidade de compreender como servidores públicos, mesmo apresentando elevado nível de escolaridade, lidam com suas finanças pessoais, enfrentam o endividamento e realizam o controle do planejamento financeiro. Partindo da seguinte pergunta-problema: “Qual é o nível de educação e controle das finanças pessoais dos servidores da UFOPA?”, o objetivo principal foi analisar e elaborar um diagnóstico financeiro dessa população. Para isso, os objetivos específicos foram: realizar um levantamento bibliográfico e documental sobre como a educação financeira vem sendo abordada no Brasil e em outros países; identificar, a partir de dados secundários, o perfil financeiro dos brasileiros e seu grau de endividamento; e, por fim, realizar um diagnóstico financeiro dos servidores da UFOPA, analisando sua percepção sobre finanças pessoais, perfil financeiro e grau de endividamento. O estudo configurou-se como uma pesquisa de campo, com abordagem quantitativa, utilizando um questionário com 23 perguntas, aplicado a uma amostra de 159 servidores da sede da instituição, localizada em Santarém. Os resultados evidenciaram a centralidade da UFOPA como principal fonte de renda para a maioria dos participantes e mostraram que uma parcela expressiva dos servidores se encontra endividada. Observou-se ainda uma baixa capacidade de manutenção do padrão de vida sem a renda institucional e a ausência de planejamento financeiro de longo prazo. Além disso, constatou-se que grande parte dos servidores adquire conhecimentos sobre finanças pessoais de maneira informal, principalmente com familiares, amigos e influenciadores digitais. Dessa forma, o diagnóstico feito com os servidores da UFOPA permitiu entender melhor o perfil financeiro dessa categoria e fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de políticas e ações de capacitação que poderão beneficiar tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação financeira. Servidores. Endividamento. Planejamento financeiro. UFOPA.

## **ABSTRACT**

This study consists of an analysis of the financial situation of civil servants at the Federal University of Western Pará (UFOPA), with an emphasis on the relationship between knowledge, behavior and financial decisions. The relevance of the research lies in the need to understand how civil servants, even with a high level of education, deal with their personal finances, deal with debt and carry out financial planning control. Based on the following question: "What is the level of education and control of personal finances of UFOPA civil servants?", the main objective was to analyze and prepare a financial diagnosis of this population. To this end, the specific objectives were: to conduct a bibliographic and documentary survey on how financial education has been approached in Brazil and in other countries; to identify, based on secondary data, the financial profile of Brazilians and their level of indebtedness; and, finally, to carry out a financial diagnosis of UFOPA civil servants, analyzing their perception of personal finances, financial profile and level of indebtedness. The study was configured as a field survey, with a quantitative approach, using a questionnaire with 23 questions, applied to a sample of 159 employees at the institution's headquarters, located in Santarém. The results highlighted the centrality of UFOPA as the main source of income for most participants and showed that a significant portion of the employees are in debt. It was also observed that a low capacity to maintain a standard of living without institutional income and the absence of long-term financial planning. In addition, it was found that a large portion of the employees acquire knowledge about personal finances informally, mainly from family members, friends and digital influencers. Thus, the diagnosis made with UFOPA employees allowed a better understanding of the financial profile of this category and provided valuable insights for the development of policies and training actions that could benefit both individuals and society as a whole.

**Keywords:** Financial education. Public servants. Indebtedness. Financial planning. UFOPA.

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 - Uso de Produtos e Serviços Financeiros, por Sexo.....  | 27 |
| Gráfico 2 - Uso de Produtos e Serviços Financeiros, por Renda Familiar .....   | 28 |
| Gráfico 3 - Uso de Produtos e Serviços Financeiros, por Faixa Etária.....  | 28 |
| Gráfico 4 - Tempo de Comprometimento com as Dívidas.....   | 29 |
| Gráfico 5 - Informações que Influenciam na escolha de Produtos Financeiros<br>Contratados.....   | 30 |
| Gráfico 6 - Planejamento para a Aposentadoria: Geral e por Sexo.....   | 30 |
| Gráfico 7 - Nível de Endividamento - Janeiro de 2025 .....   | 33 |
| Gráfico 8 - Inadimplentes no Brasil (2025) .....   | 34 |
| Gráfico 9 - Faixa Etária de Inadimplentes .....  | 35 |
| Gráfico 10 - Servidores Participantes por Cargo e Gênero .....   | 39 |
| Gráfico 11 - Nível de Escolaridade dos Servidores .....  | 40 |
| Gráfico 12 - Faixa de Renda dos Servidores .....   | 41 |
| Gráfico 13 - Principal Responsável Financeiro pela Família .....   | 42 |
| Gráfico 14 - Fonte de Renda Externa.....   | 43 |
| Gráfico 15 - Se a Renda Familiar Mensal é Suficiente para as Despesas .....  | 44 |
| Gráfico 16 - Maiores Despesas dos Servidores .....   | 46 |
| Gráfico 17 - Situação dos Servidores com Relação a Endividamento .....   | 47 |
| Gráfico 18 - Se o Servidor Possui algum Tipo de Dívida .....   | 48 |
| Gráfico 19 - Sobre as Características dos Tipos de Dívidas .....   | 49 |
| Gráfico 20 - Controle sobre Finanças Pessoais .....  | 50 |
| Gráfico 21 - Onde foi adquirido o Conhecimento Financeiro.....   | 51 |
| Gráfico 22 -Relação entre Endividamento e a falta de Conhecimento e Planejamento<br>Financeiro.....  | 52 |
| Gráfico 23 - Aplicação e/ou Investimento que os Servidores Possuam .....   | 53 |
| Gráfico 24 - Principal Objetivo com os Investimentos .....   | 53 |
| Gráfico 25 - Situação com Relação a Aposentadoria.....   | 55 |
| Gráfico 26 - Se o Servidor tivesse recursos para investir, qual alternativa ele mais se<br>identificaria .....   | 56 |
| Gráfico 27 - Se por algum motivo os servidores perdessem sua fonte de rendimentos,<br>por quantos meses eles conseguiriam manter o atual padrão de vida utilizando suas<br>economias ..... | 57 |
| Gráfico 28 - Método do acompanhamento de gastos.....   | 58 |

Gráfico 29 - Ações que os servidores gostariam que fosse ofertado .....59

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Panorama geral dos entrevistados..... | 60 |
|--|----|

## LISTA DE SIGLAS

|       |   |
|-------|---|
| BSA   | Basic Skills Agency                                     |
| BACEN | Banco Central do Brasil                                 |
| CFFC  | Commission for Financial Capability                     |
| CDB   | Certificado de Depósito Bancário                        |
| ENEF  | Estratégia Nacional de Educação Financeira              |
| FBEF  | Fórum Brasileiro de Educação Financeira                 |
| FED   | Federal Reserve   |
| FSA   | Financial Services Authority                            |
| IPEA  | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                |
| LCA   | Letra de Crédito do Agronegócio                         |
| LCI   | Letra de Crédito Imobiliário                            |
| NBER  | National Bureau of Economic Research                    |
| NEFE  | National Endowment for Financial Education              |
| OECD  | Organisation for Economic Co-operation and Development  |
| PFEG  | Personal Finance Education Group                        |
| PEIC  | Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor |
| PNFF  | Plano Nacional de Formação Financeira                   |
| RBS   | Royal Bank of Scotland                                  |
| SAFE  | Services Against Financial Exclusion                    |
| SPC   | Serviço de Proteção ao Crédito                          |
| UFOPA | Universidade Federal do Oeste do Pará                   |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 12 |
| <b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....  | 14 |
| <b>2.1 Educação Financeira no Exterior</b> .....                                | 14 |
| <b>2.2 Educação Financeira no Brasil</b> .....                                  | 22 |
| <b>2.3 Perfil Financeiro e Grau de Endividamento no Brasil</b> .....            | 25 |
| 2.3.1 O Perfil Financeiro dos Brasileiros .....                                 | 25 |
| 2.3.2 Grau de Endividamento .....   | 32 |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....  | 37 |
| <b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....                          | 39 |
| <b>4.1 Perfil Financeiro dos Servidores da UFOPA</b> .....                      | 39 |
| <b>4.2 Grau de Endividamento dos Servidores da UFOPA</b> .....                  | 46 |
| <b>4.3 Grau de Conhecimento sobre Educação Financeira dos Servidores</b> .....  | 49 |
| <b>4.4 Perspectiva sobre controle financeiro e investimentos pessoais</b> ..... | 52 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 60 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 64 |
| <b>APÊNCIDE A</b> .....   | 68 |

## 1 INTRODUÇÃO

A educação financeira tem se mostrado uma ferramenta fundamental para o equilíbrio econômico das famílias, especialmente em sociedades altamente capitalistas, onde as decisões de consumo, poupança e investimento afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas. No entanto, a falta de conhecimento sobre finanças pessoais e investimentos pode gerar consequências severas, como endividamento e dificuldades para realizar um planejamento financeiro eficiente. A falta de conhecimento sobre como poupar, investir e consumir de maneira consciente impacta diretamente as finanças pessoais e, por consequência, os investimentos. No Brasil, essa realidade é evidenciada pelos altos níveis de inadimplência, a falta de controle sobre o orçamento familiar e o desconhecimento sobre juros, inflação e crédito são fatores que contribuem para essa realidade (SPC BRASIL, 2015).

Segundo Barbato, Murakami, Costa (2022), com a globalização e o acesso rápido e fácil ao mundo digital, houve um maior acesso a linhas de crédito, onde os consumidores não estão preparados para utilizar, reafirmando o papel da educação financeira. O trabalho realizado por esses autores identificou uma relação direta entre o consumo impulsivo e a falta de uma educação financeira. Dessa forma é possível observar a importância da educação financeira, pois ela influencia diretamente o comportamento econômico dos indivíduos, proporcionando-lhes ferramentas para evitar o endividamento e garantir uma maior segurança financeira.

De acordo com Savoia, Saito e Petroni (2006), a educação financeira proporciona aos indivíduos uma maior compreensão dos conceitos e produtos financeiros, permitindo que tomem decisões mais informadas sobre suas finanças pessoais. A educação financeira tem sido tratada como uma prioridade em diversos países. No Brasil, o governo lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), formalizada em 2010, que visa promover o entendimento sobre o consumo consciente, poupança e investimentos. Embora essas iniciativas sejam importantes, os resultados ainda estão distantes de alcançar toda a população, especialmente em um cenário de aumento do uso de crédito e a popularização de apostas online, que envolvem riscos financeiros consideráveis (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024).

Freire (2022), foi assertiva quando se referiu à Educação Financeira como uma ferramenta de melhoria da gestão econômica individual e familiar, abordando que ela não é somente para ensinar a construir tabelas orçamentárias, entre outras coisas, mas sim para promover uma mudança de comportamento em relação às finanças, ajudando na tomada de decisões financeiras mais seguras e assertivas, especialmente na criação de alternativas para investir melhor.

Diante do crescente destaque da educação financeira, torna-se relevante compreender como diferentes públicos lidam com suas finanças pessoais. No caso dos servidores públicos, há uma necessidade de investigação sobre como esse grupo organiza suas finanças, planeja seus gastos e lida com possíveis situações de endividamento. Nesse contexto, a presente pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: “Qual é o nível de educação e controle das finanças pessoais dos servidores da UFOPA?”. O objetivo principal foi analisar e elaborar um diagnóstico financeiro dos servidores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Para isso, estabeleceram-se três objetivos específicos: realizar um levantamento bibliográfico e documental sobre como a educação financeira vem sendo abordada no Brasil e em outros países; identificar, por meio de dados secundários, o perfil financeiro dos brasileiros e seu grau de endividamento; e, por fim, construir um diagnóstico financeiro dos servidores da UFOPA, analisando sua percepção sobre finanças pessoais, perfil financeiro e grau de endividamento.

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos principais. O primeiro capítulo corresponde à introdução, onde são apresentados o contexto, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo. O segundo capítulo aborda a revisão bibliográfica, dividida em três tópicos: a educação financeira no exterior, no Brasil e o perfil financeiro e grau de endividamento no país. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada, detalhando a abordagem, a amostra, o instrumento de coleta de dados e os procedimentos de análise. O quarto capítulo expõe e discute os resultados obtidos, organizado em quatro subtópicos que analisam o perfil financeiro dos servidores da UFOPA, o grau de endividamento, o grau de conhecimento sobre educação financeira e a perspectiva sobre controle financeiro e investimentos pessoais. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais, destacando as principais conclusões, limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Educação Financeira no Exterior

#### ***América do Norte - Estados Unidos***

Nos Estados Unidos, a educação financeira começou a ganhar relevância durante a primeira metade do século XX. Durante esse período, organizações como a *National Bureau of Economic Research* - NBER (Escritório Nacional de Pesquisa Econômica) começaram a enfatizar a importância do planejamento financeiro e do controle de gastos para prevenir situações de colapso econômico familiar. No site do NBER, há uma seção dedicada ao *Household Finance Working Group* (Grupo de Trabalho sobre Finanças Domésticas), um grupo de estudo que investiga temas como poupança doméstica, comportamento de portfólio, empréstimos e decisões de investimento da população.

Desde a década de 1980, de acordo com Silva e Powell (2016) os Estados Unidos vêm implementando programas de educação financeira com o objetivo de preparar seus cidadãos para a gestão de recursos pessoais em um contexto de crescente complexidade financeira. Em 1984, o *National Endowment for Financial Education* - NEFE (Fundo Nacional de Educação Financeira) lançou um programa voltado para o planejamento financeiro de estudantes do ensino médio, alcançando milhões de adolescentes em todas as regiões do país e até mesmo em bases militares internacionais. Em 1995, a criação da *Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy* (Jump\$tart Coalizão para Alfabetização Financeira Pessoal) consolidou esforços ao reunir diversas organizações públicas e privadas para promover a alfabetização financeira de jovens, além de desenvolver normas para a educação financeira nas escolas. Esses programas tiveram como foco a disseminação de práticas financeiras conscientes e a coordenação de iniciativas nacionais e estaduais.

Posteriormente, em 2001, segundo Silva e Powell (2016) o Departamento do Tesouro introduziu o currículo *Money Math: Lessons for Life* (Matemática Financeira: Lições para a Vida), que utilizava cenários reais para ensinar conceitos matemáticos e financeiros a estudantes de 7<sup>a</sup> a 9<sup>a</sup> série, integrando a educação financeira às disciplinas escolares tradicionais. Esses esforços foram complementados em 2003

com a criação da Comissão de Educação e Literacia Financeira, que desenvolveu uma estratégia nacional para melhorar a literacia financeira, integrando práticas educativas aos currículos e ampliando o alcance da informação para toda a população. Já em 2006, a comissão lançou o plano *Taking Ownership of the Future: The National Strategy for Financial Literacy* (Assumindo a responsabilidade pelo futuro: a estratégia nacional para a educação financeira), abordando temas como economia geral, crédito, poupança, educação financeira desde a infância e proteção ao consumidor, reforçando o compromisso nacional com o aprimoramento das habilidades financeiras da população (SILVA; POWELL, 2016).

Nos Estados Unidos, além desses programas e projetos desenvolvidos principalmente nas escolas para promover a educação financeira, existe uma grande quantidade de sites e instituições que promovem esse acesso. O *Board of Governors* (Conselho de Governadores) disponibiliza recursos online, eventos e publicações que ampliam o acesso à informação financeira, enquanto os *Federal Reserve Banks* (Bancos da Reserva Federal), como os de Chicago e São Francisco, oferecem guias e *workshops* voltados à capacitação de consumidores e pequenos negócios (FOX; HOFFMANN; WELCH, 2004)

No setor financeiro, de acordo com Savaio, Saito e Santana (2007) bancos como o *Bank of America* (Banco da América), *Citibank* e *Chase* têm ampliado seu papel na disseminação da educação financeira. Em 2003, cerca de 98% das instituições bancárias norte-americanas financiaram projetos nesse campo, enquanto 72% desenvolveram seus próprios programas, buscando capacitar os jovens para evitar problemas financeiros futuros. Complementando esses esforços, organizações do terceiro setor, como a *National Endowment for Financial Education* (NEFE), têm contribuído significativamente para a gestão de finanças pessoais, oferecendo suporte à população para o desenvolvimento de competências financeiras essenciais.

### **Europa - Reino Unido**

No Reino Unido, a educação financeira não é contemplada como uma disciplina no currículo escolar, ela é facultativa e pode ter seus conceitos abordados dentro de outras disciplinas como as de matemática, educação moral, entre outras (SAVAIO; SAITO; SANTANA, 2007). De acordo com England e Chatterjee (2005), para os quatro países membros do Reino Unido: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do

Norte, a educação financeira é vista como fundamental para que os alunos desenvolvam capacidades de gerir suas finanças e entendam os diferentes tipos de prioridades e necessidades financeiras que vão ter ao longo da vida, e mesmo sendo facultativa, os órgãos responsáveis pelas matrizes curriculares das escolas, incentivam a sua abordagem na sala de aula. Além disso, England e Chatterjee (2005) comentam que os professores e as escolas são equipados com as competências necessárias para poderem administrar dentro das disciplinas os tópicos necessários para preparar seus alunos, para que os conteúdos e melhores práticas financeiras sejam repassados de forma eficaz.

Para além das escolas, Savaio, Saito e Santana (2007) abordam sobre órgãos que facilitam o acesso à educação financeira para a população, como por exemplo, a *Financial Services Authority* – FSA (Autoridade de Serviços Financeiros) que promove a expansão da educação financeira para diversos públicos como crianças, jovens e adultos. Seus programas visam formar cidadãos mais informados e capazes de assumir maior responsabilidade por seus assuntos financeiros, de acordo com England e Chatterjee (2005). Outro órgão que tem o papel importante de disseminar a educação financeira no Reino Unido é o *Basic Skills Agency* - BSA (Agência de Habilidades Básicas) que têm programas voltados para população adulta, a fim de melhorar suas habilidades com as finanças e serem consumidores mais conscientes e confiantes (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005).

Diversas organizações não governamentais no Reino Unido desempenham um papel significativo na promoção da educação financeira, seja por meio de capacitações e programas diretos, ou por meio do financiamento de projetos que desenvolvem atividades voltadas à formação financeira da população em geral. Instituições financeiras renomadas, como o *Royal Bank of Scotland* - RBS e *Barclays*, são exemplos de organizações ativamente engajadas nesse processo. Além disso, iniciativas como o *Personal Finance Education Group* - PFEG (Grupo de Educação em Finanças Pessoais), que se concentra na educação financeira pessoal; a *Age Concern*, voltada para o apoio financeiro a pessoas idosas; e a *SAFE - Services Against Financial Exclusion* (Serviços contra a exclusão financeira), que combate à exclusão financeira oferecendo suporte e educação financeira para comunidades em situação de vulnerabilidade, destacam-se nesse cenário. Essas organizações, entre

outras, desempenham um papel crucial na capacitação financeira e na inclusão econômica de diversas camadas da sociedade (ENGLAND; CHATTERJEE, 2005).

### ***Europa - Portugal***

A educação financeira em Portugal ganhou destaque a partir de 2010, impulsionada pelas orientações da OECD. Segundo Hartmann *et al.* (2024), o Banco de Portugal realizou pesquisas para avaliar o nível de educação financeira no país e constatou resultados pouco satisfatórios. Os dados indicaram que a população portuguesa possuía conhecimentos limitados sobre decisões financeiras e apresentava um hábito pouco consolidado de poupança. Em resposta a essa realidade, foi criado, em 2011, o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) que é um documento normativo, com o objetivo de estabelecer princípios gerais e orientações para a inclusão da formação financeira em âmbito nacional. O PNFF busca promover a educação financeira e identificar instituições que possam atuar como promotoras do Plano, visando atender às necessidades de diversos segmentos da população (PORTUGAL, 2011).

O PNFF foi desenvolvido para atender jovens em idade escolar, trabalhadores e grupos vulneráveis, mas, com o avanço do plano, identificou-se a necessidade de ampliar o público-alvo, incluindo outros segmentos da população portuguesa, como empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas (PORTUGAL, 2016). Em 2012, o Plano expandiu sua atuação para os meios digitais com a criação do portal Todos Contam ([www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt)). Nesse portal, os usuários podem acessar informações sobre planejamento e orçamento familiar, poupança e investimentos, impostos, crédito, entre outros temas financeiros. O site também se destaca por duas abas especialmente relevantes: Etapas da Vida, que oferece orientações para diferentes momentos, como planejamento de estudos, compra de um carro ou casa, formação de família, ou enfrentamento de doenças e desemprego; e Simuladores, que disponibilizam ferramentas úteis para planejamento financeiro, como simuladores para cartão de crédito, poupança, crédito pessoal e habitação, entre outros. O objetivo dessas funcionalidades é auxiliar os usuários na tomada de decisões financeiras de forma mais informada e consciente (TODOS CONTAM, 2011).

## **Oceania - Nova Zelândia**

De acordo com Isaías (2021), a Estratégia Nacional para a Capacidade Financeira na Nova Zelândia foi implementada em 2008 e é conduzida pelo Comissário de Aposentadoria do país. Vinculada a essa estratégia, está a *Commission for Financial Capability* - CFFC (Comissão de Capacidade Financeira), uma entidade governamental que tem como objetivo instruir a população a tomar decisões financeiras de forma consciente. Atualmente, essa entidade é conhecida como *Te Ara Ahunga Ora Retirement Commission*. Segundo o site da *Te Ara Ahunga Ora Retirement Commission* (1995), a estratégia conta com mais de 900 parceiros, incluindo organizações comunitárias, agências governamentais, bancos, fintechs, seguradoras e consultores financeiros. O propósito dessa ampla parceria é capacitar os neozelandeses a fazerem escolhas informadas, reduzindo dívidas, economizando, investindo e tomando decisões assertivas sobre produtos financeiros, de modo a criar um futuro mais promissor.

O site da *Te Ara Ahunga Ora Retirement Commission* (1995) possui uma seção dedicada exclusivamente aos temas relacionados à Capacidade Financeira, onde são detalhadas as metas de atividades previstas pela Estratégia Nacional para 2025. Algumas dessas atividades incluem iniciativas direcionadas a mulheres, com o objetivo de maximizar seu potencial de geração de renda e incentivar a população a criar fundos de poupança de emergência. Também estão previstas pesquisas sobre inclusão financeira, desenvolvimento de planos de trabalho para reduzir barreiras ao acesso a produtos bancários e a promoção de uma maior coordenação da educação financeira nas escolas, com a introdução de novas competências. Além disso, o plano busca incentivar os responsáveis pelas iniciativas de capacidade financeira a utilizarem ferramentas para compartilhar e monitorar os resultados obtidos, fortalecendo a eficácia das ações realizadas.

Segundo Isaías (2021), a educação financeira tem sido abordada nos currículos das escolas da Nova Zelândia desde 2007, integrando-se a diversas áreas de ensino. Reconhecendo a importância do tema, o site da *Te Ara Ahunga Ora Retirement Commission* (1995) destaca uma seção dedicada à expansão da educação financeira para o povo indígena Māori, tema que também foi discutido em eventos da OCDE. O programa *Te whai hua – kia ora, Sorted in Schools* coloca o conhecimento indígena Māori como elemento central, ensinando os alunos sobre o manejo do dinheiro,

refletindo sobre o saber local e a visão de mundo. O objetivo principal é que esse aprendizado não se limite à sala de aula, mas seja levado para as famílias e compartilhado com as comunidades em que os alunos estão inseridos. Até janeiro de 2023, 68% das escolas já utilizavam o *Te whai hua – kia ora*, e 97% dos professores valorizavam e aplicavam o programa, que é completamente gratuito e voltado para o desenvolvimento da capacidade financeira de forma inclusiva e culturalmente significativa.

### **Ásia - Japão**

Segundo Sávio (2007), no Japão, a educação financeira não é ministrada como uma disciplina específica no currículo escolar. Em vez disso, seus conceitos são incorporados em disciplinas como Economia Doméstica, tanto no ensino primário quanto no nível secundário. Diversas instituições japonesas promovem a educação financeira, incluindo o *Bank of Japan (Banco do Japão)*, o Banco Central do país. De acordo com informações do site do *Bank of Japan* (1999), há uma seção dedicada à educação financeira que direciona para o site do *J-FLEC*, uma organização criada para promover a educação financeira e econômica no Japão, e o objetivo é oferecer oportunidades de aprendizado para diferentes faixas etárias. O site do *J-FLEC* apresenta uma ampla gama de recursos, incluindo materiais educativos sobre finanças, aconselhamento financeiro com especialistas, seminários gratuitos sobre temas relacionados ao dinheiro realizados em todo o país, e suporte às escolas por meio de materiais e orientação. Além disso, a organização promove eventos e palestras direcionadas para empresas, ampliando o alcance da educação financeira no país (J-FLEC, 2024).

De acordo com Savio (2007), outras instituições no Japão também estão promovendo programas voltados para o acesso à educação financeira da população. Entre elas, destaca-se a *Japan Securities Dealers Association* (Associação de Negociantes de Valores Mobiliários do Japão), uma organização autorreguladora que oferece seminários e palestras nesse âmbito. Outra iniciativa é da *NPO Association for the Promotion of Financial Literacy* (Associação sem fins lucrativos para a promoção da literacia financeira), que utiliza o ensino a distância para alcançar um público mais amplo e diversificado em termos de faixas etárias. Já a *NPO Japan Association for Financial Planners* (NPO Associação Japonesa de Planejadores

Financeiros), além de instruir a população sobre temas como poupança, seguros e endividamento, também promove a certificação de profissionais financeiros. Por fim, Savio (2007) menciona a *Tokyo Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Tóquio), que criou a *TSE Academy* com o propósito de levar materiais, palestras e seminários sobre educação financeira para diferentes públicos em todo o Japão.

### **África**

De acordo com a OECD (2012) no relatório “O status da Educação Financeira na África” foi constatado que nos últimos anos houve um aumento significativo no desenvolvimento de programas de educação financeira no continente africano. Essas iniciativas e estratégias de implementação foram conduzidas por diversos protagonistas, incluindo governos, bancos centrais, instituições financeiras públicas e privadas, ONGs e outras organizações comprometidas com a promoção de programas neste âmbito. A maioria dos programas pesquisados tem como objetivos principais melhorar o conhecimento e as habilidades financeiras da população, aumentar a conscientização sobre questões econômicas e ampliar a inclusão financeira, incentivando a poupança e o acesso a produtos financeiros formais. Essas ações são direcionadas, em grande parte, a grupos mais vulneráveis da sociedade, abrangendo pessoas de baixa renda, mulheres, jovens e outros públicos em situação de maior fragilidade econômica.

Segundo o relatório da OECD, a África do Sul destaca-se como o país com o maior número de iniciativas de educação financeira no continente, seguida pela Uganda. Além desses, diversos programas foram identificados na maioria dos países da África Oriental, incluindo Burundi, Quênia, Madagascar, Malawi, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, bem como em vários países da África Austral, como Botsuana, Lesoto e Namíbia. Algumas iniciativas também foram registradas na África Ocidental e na do Norte, abrangendo Burkina Faso, Egito, Gana, Mali, Marrocos, Nigéria e Senegal. No entanto, esses tipos de programas e iniciativas de educação financeira parecem estar ausentes na África Central, conforme apontado pela pesquisa.

Ainda conforme o relatório da OECD (2012), é citado diversos países como Gana, Quênia, Lesoto, Malawi, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue, onde os governos, bancos centrais e órgãos reguladores desempenham

um papel relevante no desenvolvimento de iniciativas de educação financeira em níveis nacionais. Em contrapartida, em alguns países africanos, como Botsuana, Burkina Faso, Mali e Senegal, quem desenvolve esse papel é o setor privado, com programas nesse mesmo âmbito. As iniciativas pontuadas no relatório demonstram que o setor público geralmente inclui *workshops*, programas de rádio e televisão, e materiais educativos em seus programas. Por outro lado, as do setor privado, incluem instituições financeiras como *Citigroup* e *Barclays*, e concentram-se em projetos voltados ao acesso a produtos financeiros, ainda que motivados por interesses comerciais. Apesar disso, é pontuado que o envolvimento de ambos os setores se demonstra essencial para ampliar o alcance das iniciativas, especialmente para as populações vulneráveis.

A implementação de estratégias nacionais para promover a educação financeira tem se tornado uma prioridade global como visto anteriormente nos países citados, refletindo a importância de capacitar indivíduos em um cenário financeiro cada vez mais complexo. Segundo a OCDE (2015), grandes economias, incluindo países membros da organização, bem como nações emergentes como Índia e China, têm desenvolvido programas para aprimorar a alfabetização financeira, com o objetivo de promover a inclusão e a estabilidade financeira. Esses esforços são abrangentes, alcançando mais de cinco bilhões de pessoas em cerca de sessenta países, com um número crescente de nações aderindo a essas iniciativas. No entanto, embora tais programas sejam amplamente difundidos, a eficácia da educação financeira ainda é objeto de debate, indicando a necessidade de investigações mais profundas sobre os métodos aplicados e os resultados obtidos em diferentes contextos econômicos e culturais (KAISER *et al*, 2020).

## 2.2 Educação Financeira no Brasil

A educação financeira tem se tornado um tema cada vez mais relevante no contexto atual, principalmente ao considerarmos a falta de conhecimento em finanças e investimentos que muitos indivíduos enfrentam. Mesmo com toda a facilitação de acesso à informação, é possível observar a dificuldade que as pessoas têm em administrar suas finanças, o que acaba sendo refletido por exemplo, em altos índices de endividamento, conforme dados divulgados em abril/2025 pela empresa Serasa, cerca de 76,6 milhões de brasileiros estão em situação de inadimplência, gerando assim descontroles orçamentários (SERASA, 2025). Ferreira (2017) discute em seu artigo como a educação financeira é essencial para a vida das pessoas em um sistema capitalista. A autora relaciona a falta de conhecimento financeiro a problemas como inadimplência e depressão, enfatizando que uma boa educação financeira pode melhorar a qualidade de vida das pessoas. De acordo com Britto (2012), a educação financeira leva o indivíduo a evitar o consumismo, e a consumir da melhor maneira os produtos financeiros, tornando-se indivíduos atrativos ao sistema financeiro.

Em decorrência dessa carência de conhecimento sobre finanças que as pessoas têm, diversos países não poupam esforços em priorizar a educação financeira para sua população, países como Estados Unidos, por exemplo, inseriu a Educação financeira como conteúdo obrigatório nas matrizes curriculares de suas escolas, para preparar suas crianças e jovens para a vida adulta. Entretanto, não fica restrito apenas ao ambiente escolar, de acordo com Savoia, Saito e Petroni (2006), órgãos como o *Federal Reserve* (FED), que é Banco Central Norte Americano, o *National Endowment for Financial Education* (NEFE) e diversas outras Instituições Financeiras públicas e privadas, reservam em seus sites áreas exclusivas para ensinar e orientar, além de desenvolverem programas com o intuito de proporcionar Educação Financeira para crianças, jovens, trabalhadores, e a população em geral.

Nesse mesmo viés, o governo brasileiro tem implementado diversas estratégias para promover a educação financeira, com destaque para a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que foi formalmente instituída em 2010. Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), o ENEF foi criado pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de

Previdência e Capitalização (COREMEC). Conforme documento disponibilizado pelo Bacen (2013) em português, que faz parte do estudo “*Advancing National Strategies for Financial Education* (Avançando nas estratégias nacionais de educação financeira)”:

“A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE em 2005, adaptado para a realidade brasileira: “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.”(BACEN, 2013, pg. 3)

Adiante, nesse documento mencionado, é explanado que o ENEF foi desenvolvido para acompanhar as evoluções econômicas que estão ocorrendo no Brasil e instruir a população no momento de consumir, poupar e investir. Essas evoluções foram acompanhadas por estatísticas, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre os anos de 1993 a 2007, tivemos uma diminuição da desigualdade de renda, tendo migração de riqueza entre os brasileiros.

Por meio do ENEF, foi criado por exemplo, o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) no ano de 2020, com o intuito de modernizar e trazer mais ênfase as iniciativas e programas de Educação Financeira no país. No relatório anual do FBEF (2022), a instituição divulgou diversas iniciativas, programas e projetos que estão sendo desenvolvidos no Brasil, para o estímulo da educação financeira. Um programa citado no relatório é o Programa Aprender Valor, que tem o objetivo de apoiar as secretárias de educação e as escolas públicas para a implementação e desenvolvimento do ensino de educação financeira. Em 2022, o programa já atingiu mais de 100 mil profissionais da área da educação, por meio de formação em letramento financeiro, além de possui mais de 1,2 milhão de estudantes de todo o território nacional cadastrado na plataforma do programa. Esse programa em 2022, já atendia cerca de 17 mil escolas públicas em 2,4 mil municípios, abrangendo todos os estados brasileiros. E está em andamento o desenvolvimento de uma avaliação para apresentar o impacto que o programa vem trazendo nas escolas públicas que estão sendo beneficiadas com a iniciativa (FBEF, 2022).

Mesmo diante de tantas evoluções, a população brasileira sente muita dificuldade em gerir sua renda. Conforme pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em 2015, 7 em cada 10 pessoas sentem dificuldade para manter um controle de seu orçamento pessoal, principalmente por não terem um conhecimento básico sobre juros, e sua influência nos cartões de crédito e empréstimos, controle sobre gastos e despesas, a influência da inflação, entre outros temas. E quando necessitam de informações acerca de dinheiro, buscam na maioria das vezes com familiares e amigos, ou são influenciados pelas mídias.

Adiante, a pesquisa do SPC Brasil (2015) também demonstrou que 83% das pessoas entrevistadas conseguem quitar suas contas no fim de cada mês, 61% depois de quitar suas contas, sobra uma parte do dinheiro para poupar ou fazer gastos extras, porém, 11% que não conseguem quitar suas contas, necessitam recorrer a outros métodos que na maioria das vezes ocasionam endividamentos, como o uso de cartão de crédito, uso de cheque especial, empréstimo de amigos ou familiares e empréstimos bancários. Esses dados demonstraram a dificuldade que as pessoas têm em administrar suas finanças e a carência que possuem em conhecimentos financeiros cotidianos, por essa razão, no final da pesquisa foi incentivado que a população mude a sua postura com relação ao consumo, gastando menos, dentro do seu orçamento, e tirando tempo para adquirir conhecimentos sobre esses temas que são tão relevantes no dia a dia. A literatura aponta que o desconhecimento sobre conceitos financeiros básicos, como juros e inflação, contribui para a má administração das finanças pessoais e, conseqüentemente, para o endividamento (FERREIRA, 2017; SPC BRASIL, 2015).

Dessa forma, a educação financeira é uma solução para capacitar os indivíduos a se tornarem investidores conscientes, o que levará à estabilidade financeira. Freire (2022), afirmou que a educação financeira não é apenas fórmulas e orçamentos, mas é apoiar a mudança de comportamento, permitindo que os indivíduos possam tomar decisões mais conscientes e seguras, no que tange ao consumo e investimentos. Dominar os conceitos de planejamento financeiro pode ajudar os indivíduos a não utilizarem modalidades de crédito que possuam juros elevados, o que acabaria saindo muito caro, mas sim construir uma base mais sólida para ter planejamento na hora de consumir, poupar e o investir. O Banco Central do Brasil (2024), também chama a atenção para o papel da educação financeira na prevenção de práticas arriscadas,

como a participação em jogos de aposta online, que podem minar ainda mais a saúde financeira das famílias.

Posteriormente, o planejamento financeiro pode ser visto como uma ferramenta essencial para a construção da estabilidade econômica, tanto individual como familiar, principalmente em contextos de crise. Segundo Monteiro e Monteiro (2022), o planejamento financeiro fornece como se fosse um “mapa” para orientar e controlar os objetivos financeiros, permitindo ao indivíduo conhecer sua realidade orçamentária, conseguir equilibrar receitas e despesas, e prever possíveis riscos (GITMAN, 2004). A utilização dessa prática favorece decisões conscientes, amplia o protagonismo nas escolhas e impacta diretamente a saúde física e mental, pois é capaz de reduzir a ansiedade que é proveniente das incertezas econômicas (PEREIRA, 2020).

Nesse sentido, o hábito de se planejar financeiramente vai trazer uma estrutura para vida financeira do indivíduo, o que irá levar a pessoa a conseguir formar reservas de emergência, que ocasionará resiliência financeira. Monteiro e Monteiro (2022) destacam que a reserva de emergência é um valor que o indivíduo poupa ao longo de um determinado tempo, e que deve ser suficiente para cobrir as despesas que são fixas por um período de ao menos seis meses, resguardando o indivíduo de imprevistos como desemprego, doenças, desastres ou redução de renda. Paralelamente, outra opção é a diversificação de fontes de renda, pois minimiza a dependência de um único fluxo financeiro, reduzindo o risco de inadimplência em momentos de crise. Essas estratégias, quando aliadas à educação financeira, promovem autonomia e desenvoltura nas decisões econômicas.

## **2.3 Perfil Financeiro e Grau de Endividamento no Brasil**

### **2.3.1 O Perfil Financeiro dos Brasileiros**

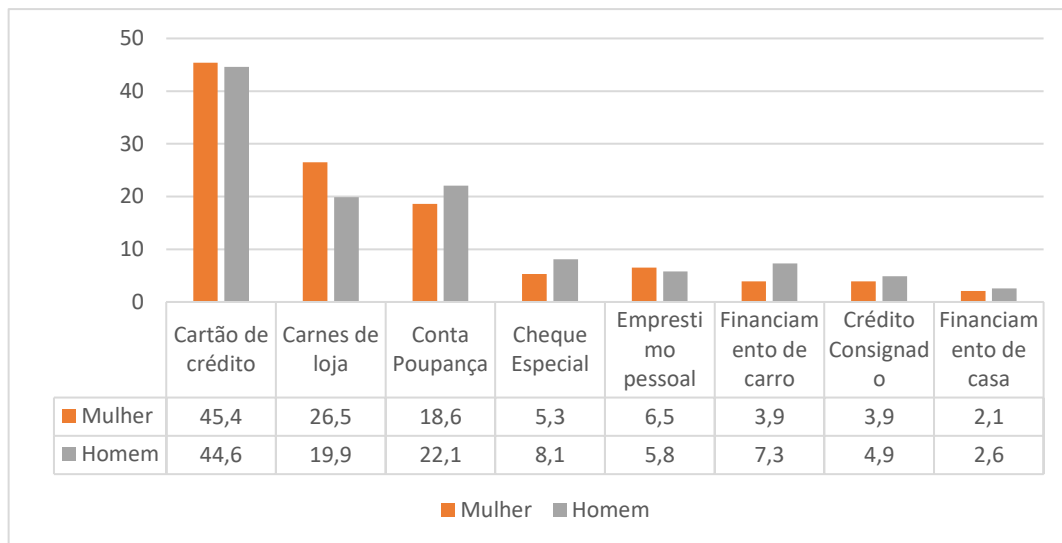
A construção do perfil financeiro dos brasileiros abrange diversas dimensões, como: comportamento, educação, renda, consumo, uso de crédito e capacidade de planejamento. O perfil financeiro da população revela uma realidade marcada por contradições entre o desejo de estabilidade e a prática de hábitos financeiros ainda

imaturos. De forma geral, grande parte da população demonstra atitudes positivas em relação ao dinheiro, mas falha na adoção de comportamentos consistentes e sustentáveis para a construção de uma saúde financeira sólida (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Dantas et al. (2023) aprofundam essa análise ao demonstrar que 80% dos respondentes da pesquisa que realizaram, não possuem reserva financeira suficiente para manter o padrão de vida em caso de perda do emprego, e 64% não possuem o hábito de poupar para o futuro. Esse comportamento evidencia uma desconexão entre a consciência da importância do planejamento e sua prática cotidiana. Ainda que 60% afirmaram fazer algum tipo de planejamento financeiro, há uma lacuna entre o discurso e a prática, de acordo com o autor, cerca de 12,2 milhões de famílias brasileiras têm dívidas a pagar.

Segundo pesquisa realizada pelo Banco Central (2017), com o objetivo de compreender a realidade da população brasileira e subsidiar a formulação de políticas públicas, foi feito um levantamento do perfil da população, considerando sexo, renda e idade, no que se refere ao uso de produtos e serviços financeiros. Na análise dos dados comparativos por sexo, percebe-se que mulheres e homens utilizam, de forma bastante similar, produtos como cartão de crédito, empréstimo pessoal e financiamento de casa própria, como pode-se observar no Gráfico 1. No entanto, as mulheres apresentam maior participação no uso de cartões de lojas, com 26,5%, frente aos 19,9% observados entre os homens. Em contrapartida, produtos financeiros como conta poupança, cheque especial, financiamento de veículo, crédito consignado, seguros e previdência privada são mais recorrentes entre o público masculino.

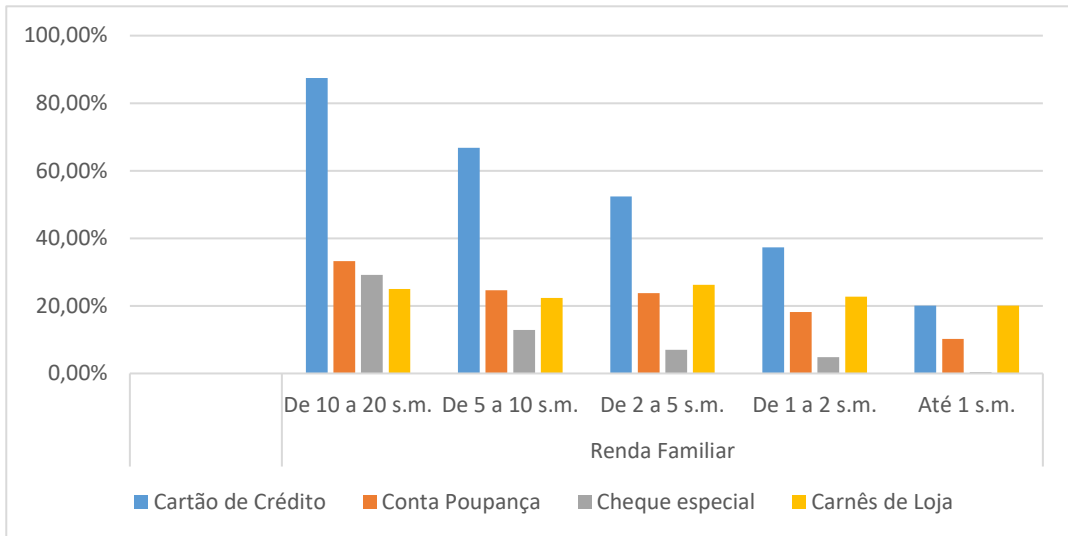
Gráfico 1 - Uso de Produtos e Serviços Financeiros, por Sexo



Fonte: Banco Central (2017). Organizado pela autora (2025).

Na perspectiva do segmento por faixa de renda, conforme o Gráfico 2, os quatro produtos financeiros que mais se destacam, segundo a pesquisa, foram: cartão de crédito, conta poupança, cheque especial e carnês de lojas. Dentre esses, o cartão de crédito é o mais utilizado em todas as faixas de renda familiar, com maior incidência entre aqueles que recebem de 10 a 20 salários-mínimos, atingindo 87,5%. A comparação dos dados revela que a utilização do cartão de crédito diminui progressivamente conforme a redução da renda, chegando a apenas 20,1% entre as famílias que recebem até 1 salário-mínimo. No caso da conta poupança, a utilização está diretamente relacionada ao nível de renda, sendo mais comum entre as faixas mais altas. Já o cheque especial aparece como uma alternativa mais recorrente entre os que recebem acima de 5 salários-mínimos. Em contrapartida, entre as famílias que ganham até 1 salário-mínimo, apenas 0,4% fazem uso desse produto, um percentual quase insignificante, já que, na prática, essa parcela da população geralmente não tem acesso a essa modalidade em função de sua renda.

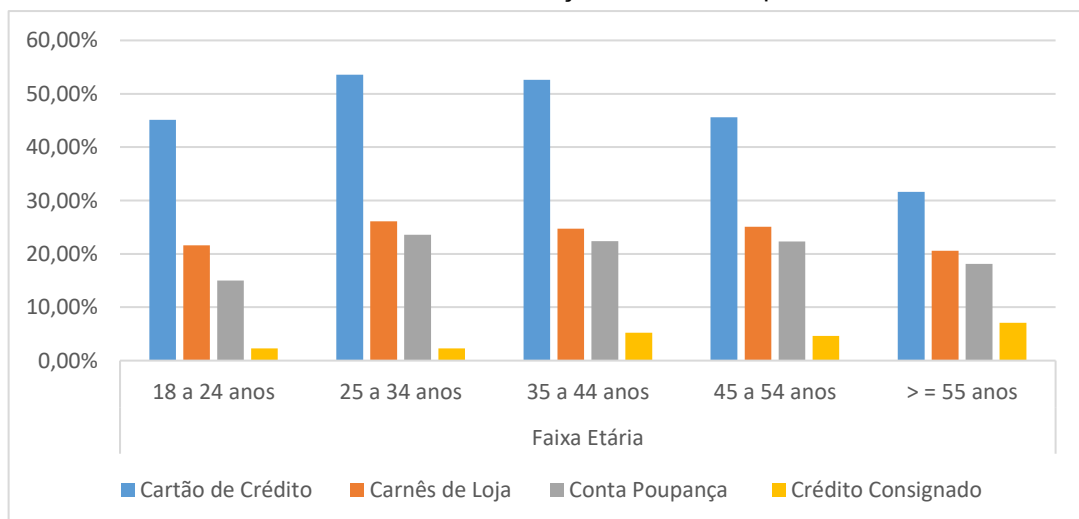
Gráfico 2 - Uso de Produtos e Serviços Financeiros, por Renda Familiar



Fonte: Banco Central (2017). Organizado pela autora (2025).

Adiante, ao observar o recorte por faixa etária, de acordo com o Gráfico 3, os três produtos financeiros que mais se destacam são o cartão de crédito, os carnês de loja e a conta poupança. O cartão de crédito apresenta ampla utilização entre todas as idades, com maior incidência nas faixas de 25 a 34 anos (53,6%) e de 35 a 44 anos (52,6%). Entretanto, nota-se uma redução significativa no uso desse produto entre indivíduos com 55 anos ou mais, por outro lado, se sobressaem no uso do crédito consignado (7,1%). Os carnês de loja mantêm um padrão de uso relativamente uniforme entre as faixas etárias, com destaque para as faixas de 25 a 34 anos (26,1%) e de 45 a 54 anos (25,1%). Quanto à conta poupança, observa-se maior adesão entre pessoas de 25 a 34 anos (23,6%) e menor entre os indivíduos de 18 a 24 anos (15%).

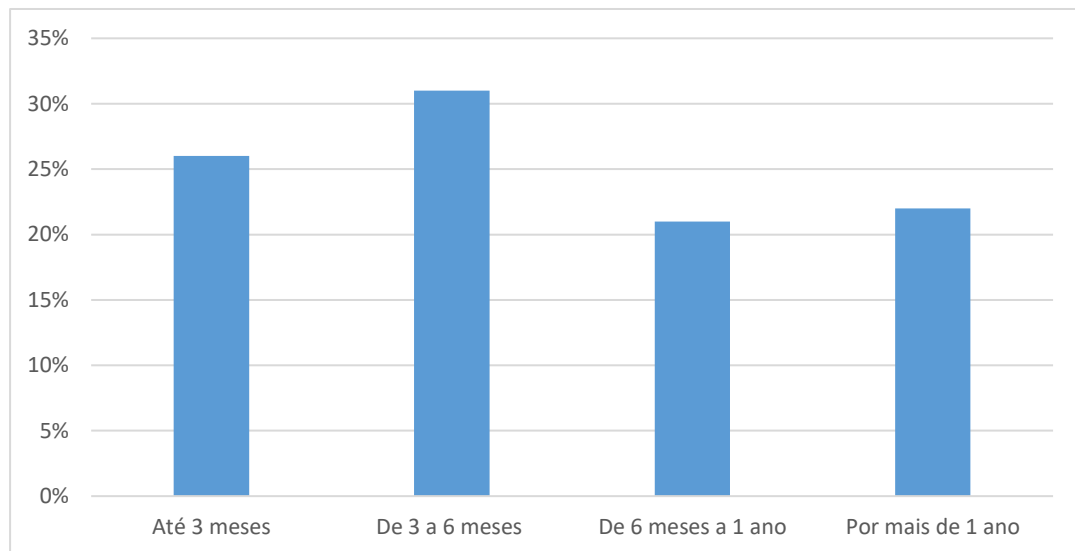
Gráfico 3 - Uso de Produtos e Serviços Financeiros, por Faixa Etária



Fonte: Banco Central (2017). Organizado pela autora (2025).

Ainda conforme dados da pesquisa realizada pelo Banco Central (2017), no que se refere ao comprometimento da renda com dívidas mensais, constatou-se que 18% dos brasileiros têm mais de 50% da sua renda comprometida com pagamentos de dívidas todos os meses. Quanto à duração desses compromissos financeiros (Gráfico 4), observou-se que 26% da população está endividada por até 3 meses; 31%, entre 3 e 6 meses; 21%, entre 6 meses e 1 ano; e 22% permanecem com dívidas por um período superior a 1 ano. O Banco Central destaca que, em geral, as dívidas de curto prazo tendem a apresentar taxas de juros mais elevadas do que as de longo prazo, como é o caso das taxas rotativas dos cartões de crédito.

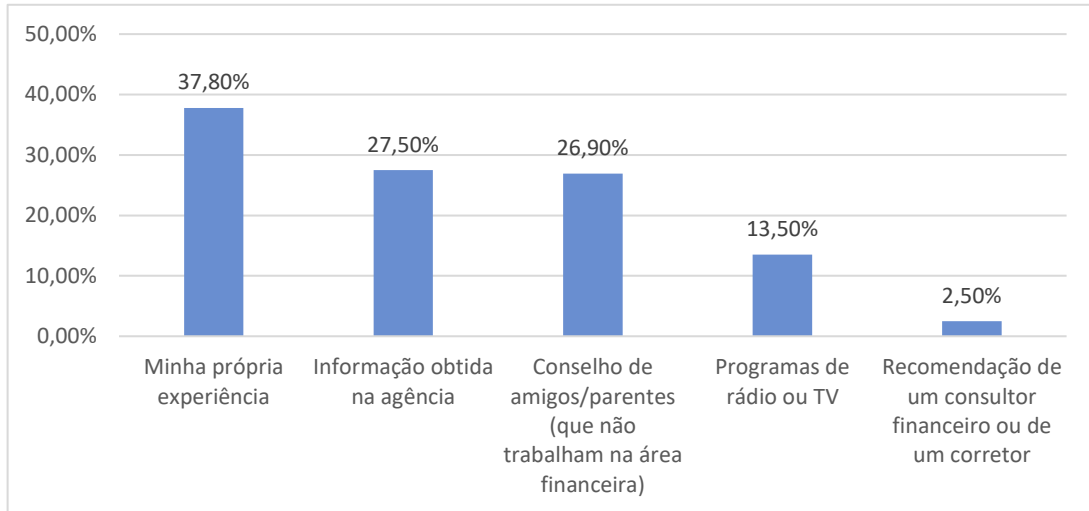
Gráfico 4 - Tempo de Comprometimento com as Dívidas



Fonte: Banco Central (2017). Organizado pela autora (2025)

Posteriormente, com o intuito de compreender melhor o perfil financeiro da população brasileira, a pesquisa investigou quais informações influenciam na escolha dos produtos financeiros contratados (Gráfico 5). As quatro respostas mais recorrentes indicam que 37,8% baseiam suas decisões na própria experiência; 27,5% obtêm informações diretamente na agência bancária; 26,9% seguem conselhos de amigos ou parentes que não atuam na área financeira; e 13,5% são influenciados por programas de rádio ou televisão. Esses dados demonstraram que as pessoas não possuem o costume de procurar ajuda especializada na hora de tomar decisões que afetam suas finanças, apenas 2,5% afirmam procurar informações com consultor financeiro ou corretor.

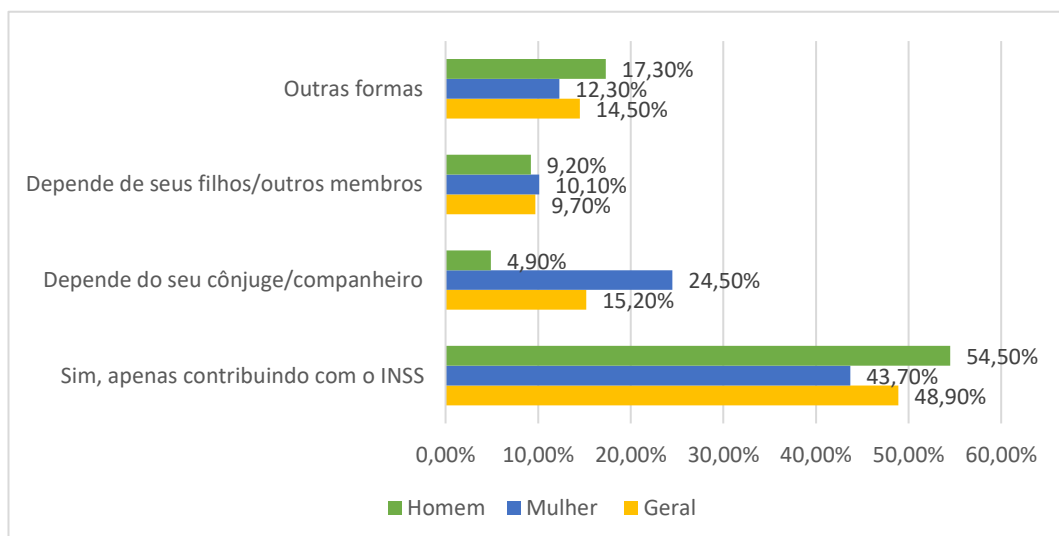
Gráfico 5 - Informações que Influenciam na escolha de Produtos Financeiros Contratados



Fonte: Banco Central (2017). Organizado pela autora (2025)

Adiante, outro tópico relevante abordado na pesquisa, no que se refere ao perfil financeiro, foi a visão de planejamento para a aposentadoria (Gráfico 6). Mais da metade dos participantes afirmou possuir algum tipo de plano, entretanto, a maioria desse grupo (48,9%) contribui exclusivamente com o INSS. Dentre esses, 43,7% são mulheres e 54,5% são homens. Apenas 3,9% declararam ter previdência privada. No que diz respeito à aposentadoria, 15,2% dos respondentes informaram não contribuir, afirmando depender do cônjuge ou companheiro; desse grupo, 24,5% são mulheres e 4,9% são homens. Já os que dependem dos filhos ou de outros membros da família somam 9,7%, sendo esse percentual semelhante entre os sexos: 9,2% entre os homens e 10,1% entre as mulheres.

Gráfico 6 - Planejamento para a Aposentadoria: Geral e por Sexo



Fonte: Banco Central (2017). Organizado pela autora (2025)

O Banco Central (2017) ao final da pesquisa destaca a importância de ações de educação financeira voltadas aos públicos mais vulneráveis, como mulheres e pessoas de baixa renda, que devem priorizar o planejamento orçamentário e formas acessíveis de poupança, promovendo maior autonomia e bem-estar financeiro. Para isso, o Banco Central recomenda a elaboração de estratégias segmentadas, como incentivar a contribuição ao INSS entre trabalhadores informais e de baixa renda, além de fomentar a independência financeira feminina por meio de orientações sobre controle financeiro e preparação para a aposentadoria. Ao divulgar os resultados dessa pesquisa, o Banco Central busca estimular o desenvolvimento de iniciativas voltadas à promoção da educação e inclusão financeira por diferentes setores da sociedade.

Adiante, essa “imaturidade financeira” que é observável em grande parcela da população, pode ser atribuída em parte, à carência de educação financeira formal. Conforme argumenta Freire (2022) a educação financeira é uma ferramenta e pilar essencial para a melhoria e gestão econômica individual e do grupo familiar para que os indivíduos compreendam os conceitos fundamentais de finanças, consigam avaliar riscos e oportunidades e, sobretudo, tomem decisões conscientes e responsáveis, para que se possa promover uma mudança de comportamento, ajudando na tomada de decisões financeiras mais seguras e assertivas.

O estudo de Souza e Bragato (2020) complementa essa perspectiva ao mostrar que o comportamento financeiro no Brasil também está fortemente atrelado a aspectos culturais e emocionais. O consumismo incentivado pelas mídias, associado ao sentimento de felicidade na aquisição de bens são fatores que influenciam negativamente o planejamento financeiro. Além disso, o fator psicológico é um ponto crucial, já que o imediatismo e a dificuldade de lidar com frustrações, interfere nas decisões financeiras cotidianas.

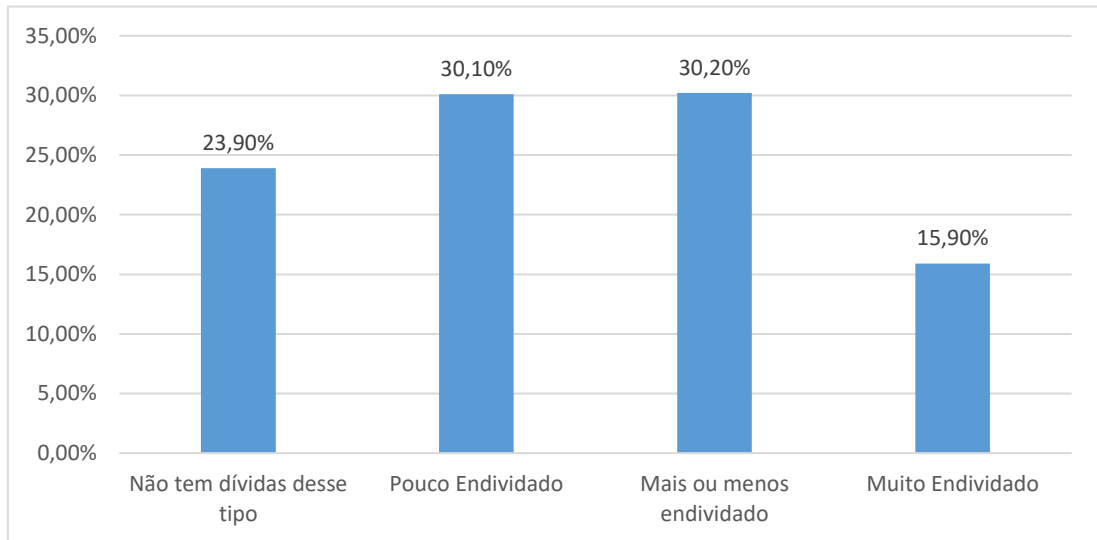
Dessa forma, o perfil financeiro do brasileiro é caracterizado por uma relativa consciência da importância da educação e do planejamento financeiro, mas com baixo nível de conhecimento técnico e prática efetiva. Trata-se de um perfil predominantemente reativo, de acordo com os autores as decisões financeiras são tomadas com base em urgências e desejos, e não em metas de longo prazo ou estratégias bem definidas.

### 2.3.2 Grau de Endividamento

O grau de endividamento da população brasileira tem sido uma das principais preocupações econômicas e sociais nas últimas décadas. Entretanto, para abordar sobre endividamento é necessário entender qual a diferença entre o endividamento e a inadimplência. De acordo com Copetti e Ramos (2019), endividamento é quando o indivíduo possui obrigações financeiras (dívidas) a cumprir dentro de um determinado prazo estipulado, onde este não está em atraso. Já a inadimplência, segundo Suno (2017) é quando o indivíduo não cumpre dentro do prazo estipulado as obrigações financeiras que possuía, acarretando consequências negativas ao devedor, como: incidência de juros adicionais, multas por atraso, restrições de crédito, negativação do nome do devedor, entre outros.

De acordo com dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (2025), aproximadamente 76,1% das famílias brasileiras encontram-se endividadas. Dentre esse grupo, 29,1% têm dívidas em atraso e 12,7% afirmam não ter condições de quitá-las. O cartão de crédito aparece como a principal modalidade de dívida, atingindo 83,9% do total de devedores. Quanto ao nível de endividamento, 15,9% das famílias se consideram muito endividadas, 30,2% mais ou menos endividadas, 30,1% pouco endividadas e apenas 23,9% declaram não possuir esse tipo de dívida (Gráfico 7). Embora os números permaneçam elevados, houve uma redução no endividamento e na inadimplência em comparação a meses anteriores. No entanto, as projeções apontam para uma possível retomada do crescimento desses índices, impulsionada pelo aumento do consumo, mesmo diante de um cenário de juros elevados.

Gráfico 7 - Nível de Endividamento - Janeiro de 2025

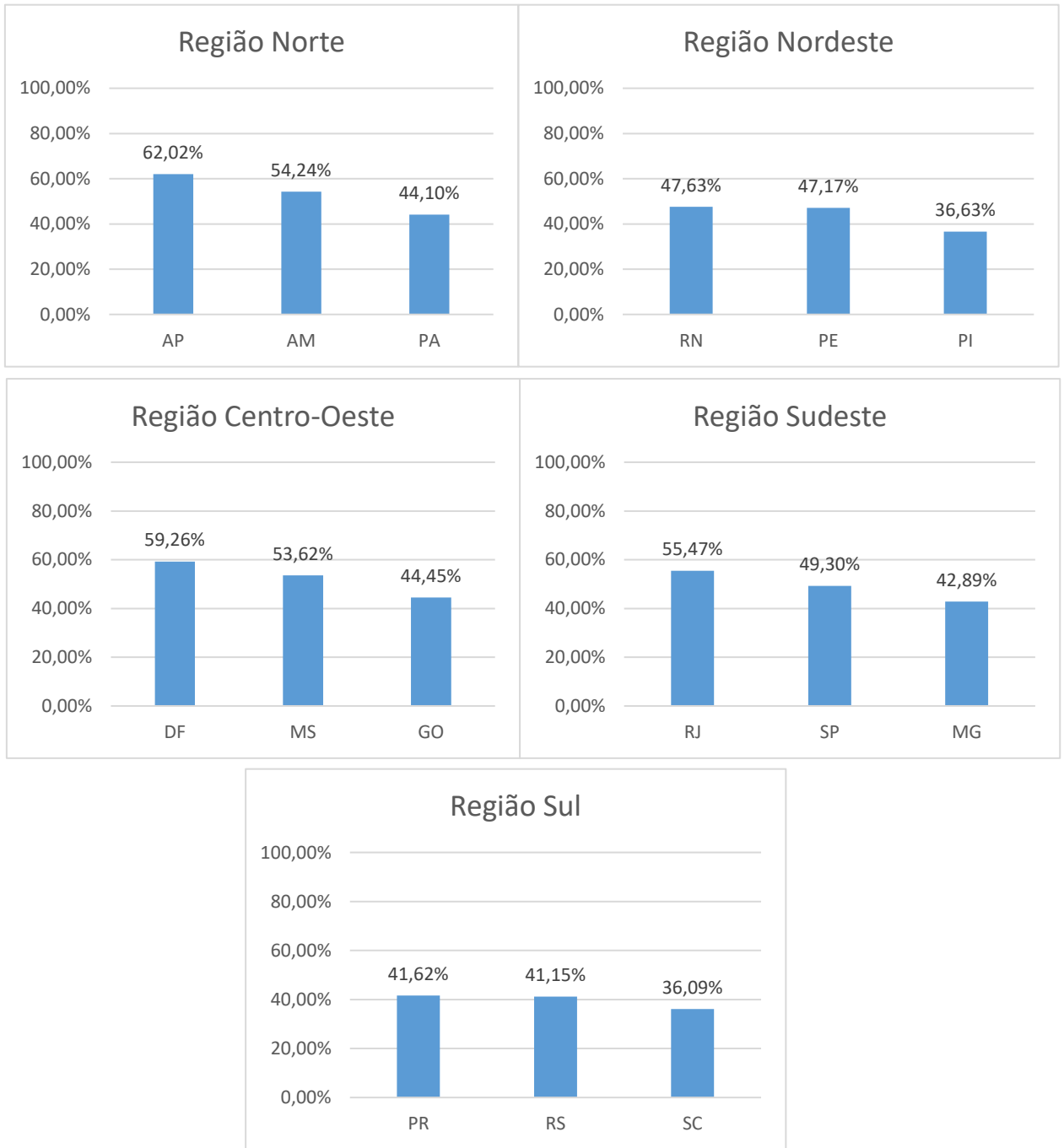


Fonte: PEIC (2025). Organizado pela autora (2025)

Conforme levantamento realizado pelo Serasa (2025), entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2025, o número de inadimplentes no Brasil apresentou crescimento contínuo mês a mês. O maior índice registrado nesse período ocorreu em fevereiro de 2025, quando o total de inadimplentes atingiu 75 milhões de pessoas. Sobre a distribuição da inadimplência por estado, foram consideradas as cinco regiões do país, e os 3 estados por região com os maiores índices (Gráfico 8).

Na região Norte, os estados com os maiores percentuais de inadimplência foram o Amapá, com 62,02%, e o Amazonas, com 54,24%, enquanto o menor índice foi registrado no Pará, com 44,10%. No Nordeste, os maiores percentuais foram observados no Rio Grande do Norte (47,63%) e em Pernambuco (47,17%), sendo o Piauí o estado com menor índice (36,63%). No Centro-Oeste, destacam-se o Distrito Federal, com 59,26%, e Mato Grosso do Sul, com 53,62%; Goiás apresenta o menor percentual, com 44,45%. Na região Sudeste, os maiores índices pertencem ao Rio de Janeiro (55,47%) e São Paulo (49,30%), enquanto o Espírito Santo apresenta o menor, com 41,30%. Por fim, no Sul do país, Paraná (41,62%) e Rio Grande do Sul (41,15%) apresentam percentuais semelhantes, sendo Santa Catarina o estado com o menor índice da região, com 36,09% (SERASA, 2025).

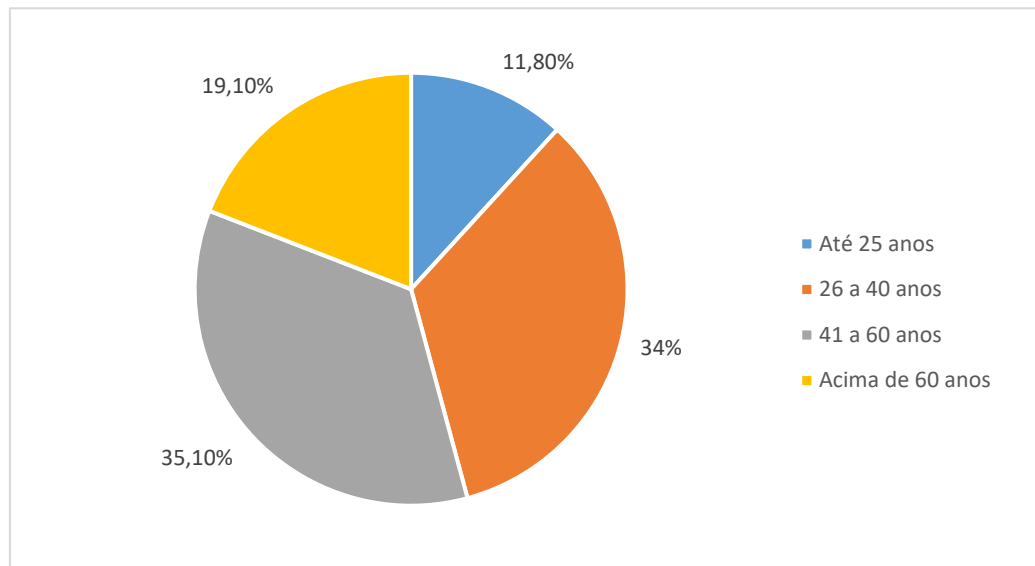
Gráfico 8 - Inadimplentes no Brasil (2025)



Fonte: Serasa (2025). Organizado pela autora (2025)

Ainda de acordo com Serasa (2025), sobre o perfil dos inadimplentes é que 50,3% são do gênero feminino e 49,7% do gênero masculino. Com relação à faixa etária dos inadimplentes, a faixa mais inadimplente é de 41 a 60 anos com 35,1% e a com menor percentual de inadimplência é a faixa de até 25 anos com 11,8%.

Gráfico 9 - Faixa Etária de Inadimplentes



Fonte: Serasa (2025). Organizado pela autora (2025)

Com base em Moraes e Hatano (2019), o principal fator responsável pelo endividamento da população brasileira é a combinação entre a facilidade de obtenção de crédito e a ausência de planejamento financeiro adequado. Elementos como baixo nível de alfabetização financeira, comportamento impulsivo e ausência de controle orçamentário individual ou familiar colaboram para que os consumidores gastem além da renda disponível. O estudo reforça que o problema é mais acentuado entre famílias com renda inferior a dez salários-mínimos, grupo em que o percentual de endividados alcança 62,9%. Dessa forma, a educação financeira é sugerida como uma ferramenta essencial para reverter esse quadro e promover decisões de consumo mais conscientes (MORAIS; HATANO, 2019).

Posteriormente, Santos e Guerra (2022) abordam sobre a questão do superendividamento, os motivos que levam a população brasileira a essa situação são múltiplos e se manifestam em duas principais concepções: a estrutural e a cultural. A concepção estrutural aponta para a facilidade exagerada de acesso ao crédito, que juntamente com a ausência de uma regulação eficaz e a baixa educação financeira da população como principais fatores que levam ao superendividamento. Já a concepção cultural considera a influência da sociedade de consumo, comportamentos impulsivos, a vulnerabilidade do consumidor às estratégias de marketing e a ausência de informação adequada sobre as consequências do endividamento (Daura, 2018; Marques, 2010). Nesse contexto, os autores abordam que o superendividamento se configura não apenas como um problema econômico, mas também como uma

questão social, pois compromete o mínimo existencial do consumidor e o afasta das relações de consumo (SANTOS; GUERRA, 2022).

Para evitar que os consumidores cheguem a esse ponto crítico, Santos e Guerra (2022) explanam sobre alternativas legais e educativas, entre elas a implementação da Lei nº 14.181/2021, que modifica o Código de Defesa do Consumidor para garantir práticas de crédito responsável, fomentar a educação financeira e assegurar a preservação do mínimo existencial. Conforme Santos e Guerra (2022, p. 55), "a população superendividada carece mais de conhecimentos básicos de educação financeira, do que a oferta desenfreada de crédito", o que evidencia a urgência por políticas educacionais mais estruturadas. Essa legislação também cria mecanismos de conciliação e repactuação das dívidas, tanto de forma administrativa quanto judicial, permitindo ao consumidor que apresente um plano de pagamento sem comprometer seus direitos básicos, como: alimentação, moradia e saúde. Além disso, os autores ressaltaram a importância do princípio da boa-fé nas relações de consumo, o papel fundamental que o Estado tem e das instituições financeiras na fiscalização da oferta de crédito, de modo a prevenir práticas abusivas e estimular a responsabilidade tanto do credor quanto do devedor (SANTOS; GUERRA, 2022).

Diante dos dados apresentados, evidencia-se que o grau de endividamento da população brasileira está profundamente relacionado à facilidade de acesso ao crédito, à ausência de planejamento financeiro que os indivíduos possuem e ao baixo nível de educação financeira. Embora o endividamento nem sempre signifique que a pessoa esteja inadimplente, o crescimento contínuo do número de pessoas com dívidas em atraso e sem condições de quitá-las demonstra a fragilidade econômica de grande parte das famílias brasileiras. Dessa forma, observamos a importância de Políticas públicas como a Lei nº 14.181/2021 e investimentos em educação financeira como medidas essenciais para prevenir o endividamento, a inadimplência e garantir relações de consumo mais equilibrada.

### 3 METODOLOGIA

Esse trabalho visou a aplicação de um questionário com uma amostra de técnicos e docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, o questionário foi aplicado de forma online e presencial, no período de dezembro de 2024 a março de 2025, dependendo da disponibilidade dos servidores, garantindo o anonimato e confidencialidade das suas respostas. O intuito foi compreender o perfil dos servidores, determinar as suas preferências com relação a consumo e investimento, o nível de conhecimento em educação financeira e suas características socioeconômicas.

A pesquisa é de natureza quali-quantitativa, uma vez que buscou analisar os impactos da falta de educação financeira através de dados coletados por meio do questionário estruturado e a sua posterior análise e comparação com outras pesquisas já realizadas. De acordo com Michel (2015), a pesquisa quali-quantitativa busca compreender situações ou comportamentos não só de um indivíduo, mas de um grupo de pessoas, a fim de aprofundar o entendimento acerca do tema estudado. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador busca interpretar e fazer discussões acerca do tema proposto, relacionando aos dados obtidos na coleta de dados, permitindo criar um perfil do comportamento do grupo estudado (MICHEL, 2015). Essa metodologia possibilitou a obtenção de informações objetivas e subjetivas, que permitiram uma análise estatística dos comportamentos e práticas financeiras de técnicos e servidores da UFOPA.

Com relação à amostra, ela foi composta por servidores da UFOPA, técnicos administrativos e docentes. Em relação ao questionário, ele foi aplicado como o principal instrumento de coleta de dados. Ele é composto de 23 perguntas que abordam aspectos demográficos, comportamentos de endividamento, gerenciamento financeiro e práticas de investimentos. O questionário contém perguntas fechadas, permitindo uma análise objetiva dos dados coletados. As questões de 1 a 6, abrangem informações demográficas e de renda; E as questões 7 a 23, sobre comportamento financeiro, endividamento e investimentos.

O trabalho fundamentou-se teoricamente em pesquisas de cunho bibliográfico e documental. De acordo com Gil (2008), os dois tipos de pesquisa são bem

semelhantes, porém, apresentam uma diferença essencial, que é a natureza da origem das suas fontes. A pesquisa de viés bibliográfico, por exemplo, baseia-se em diversos autores por meio de livros e artigos científicos que embasam o tema pesquisado. Já a pesquisa de viés documental, utiliza de documentos denominados de “primeira mão” que não passaram por nenhum tipo de análise, e os documentos de “segunda mão” que já passaram por alguma forma de análise (GIL,2008). Diante disso, foram utilizados documentos denominados de “segunda mão”, como relatórios de entidades públicas e privadas, para sustentar o embasamento teórico.

Posteriormente, na elaboração e análise do questionário, foi usado o método de pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva busca estudar e descrever as características de uma determinada população selecionada, por meio da coleta de dados e análise a fim de estabelecer relações entre as variáveis. O questionário foi elaborado para compreender as condições financeiras atuais dos servidores, suas principais despesas, comportamentos de investimento, e a percepção deles em relação à importância da educação financeira. Dessa forma, as perguntas do questionário foram baseadas em outras pesquisas realizadas, como no relatório fornecido pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), denominado: Raio X do Investidor Brasileiro (RXIB) de 2023, em outras monografias que tratam sobre a mesma temática dessa pesquisa e em estudos recentes realizados pelo Banco Central.

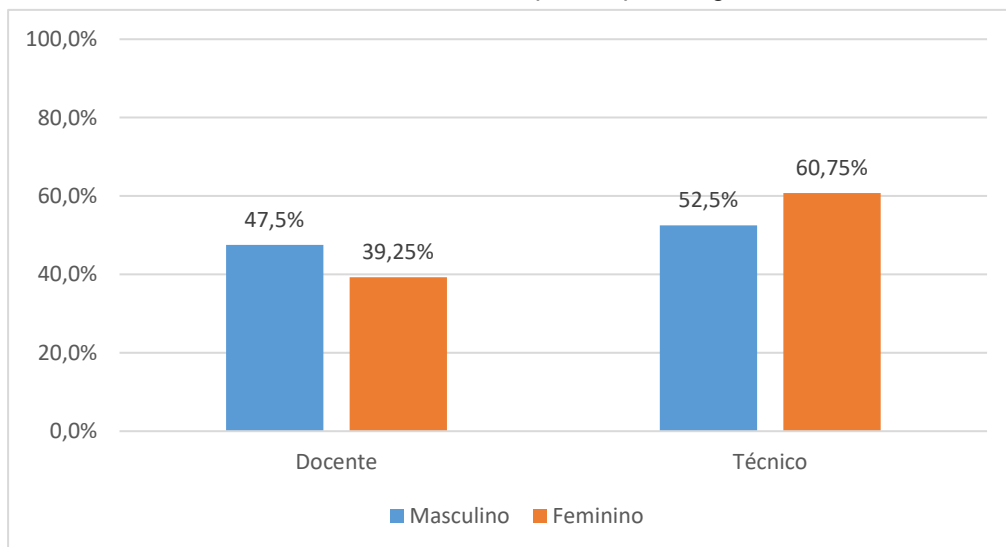
Adiante, outro método utilizado nas análises foi o método comparativo, de acordo com Gil (2008), este método visa identificar as diferenças e semelhanças nas variáveis utilizadas, e é muito utilizada em pesquisas que buscam entender padrões de comportamento. Dessa forma, os dados coletados por meio do questionário foram analisados, buscando identificar padrões de comportamento financeiro, analisando as correlações entre a falta de educação financeira e comportamentos de endividamento e investimento.

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Perfil Financeiro dos Servidores da UFOPA

Participaram da pesquisa uma amostra de 159 servidores, 69 são docentes e 90 são técnicos. Do total de docentes, 55,07% são do sexo masculino e 44,93% são do sexo feminino; e do total de técnicos, 46,67% são do sexo masculino e 53,33% são do sexo feminino. No geral, 80 servidores são do sexo masculino, sendo 47,5% docentes e 52,5% técnicos; e 79 são do sexo feminino, sendo 39,25% docentes e 60,75% técnicos, de acordo com o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Servidores Participantes por Cargo e Gênero



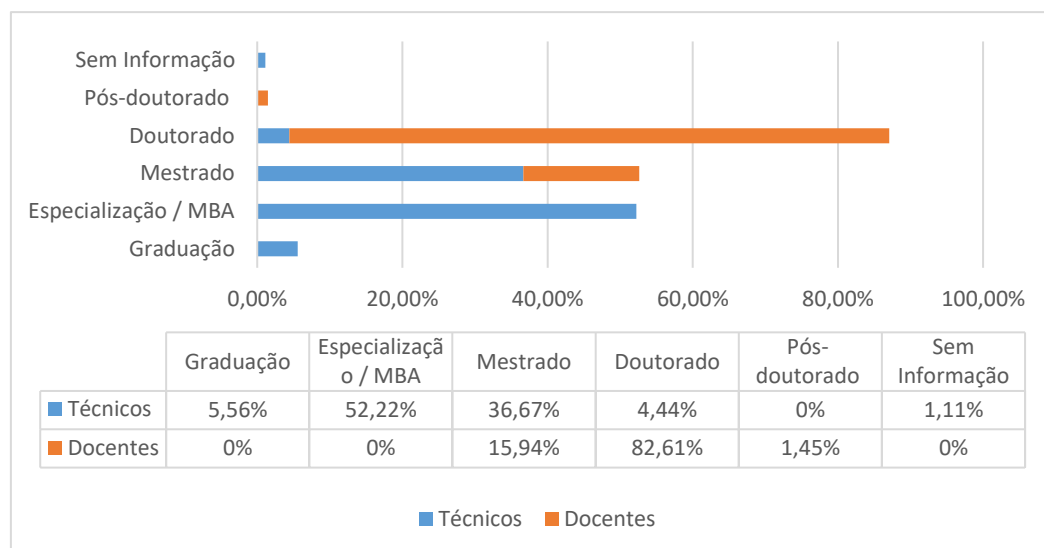
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Adiante, a análise do nível de escolaridade dos servidores evidenciou um padrão elevado de qualificação, especialmente entre o corpo docente. Conforme apresentado no Gráfico 11, observa-se que 82,61% dos docentes possuem título de doutorado, 15,94% têm mestrado e 1,45% pós-doutorado. Esses dados refletem diretamente as exigências institucionais, sobretudo nas instituições públicas, onde a titulação é um critério fundamental tanto para o ingresso quanto para a progressão na carreira. Entre os servidores técnicos, o cenário também revela uma qualificação expressiva: 52,22% possuem especialização ou MBA, 36,67% têm mestrado e 4,44% já alcançaram o título de doutorado. Esses números apontam para uma valorização crescente da formação continuada. Apenas 5,56% possuem apenas a graduação, e,

entre os participantes da pesquisa, não houve registro de servidores com apenas o ensino médio.

Ao comparar esses dados com os da pesquisa realizada por Ramalho (2020), percebe-se uma semelhança nos padrões de titulação. Na pesquisa de Ramalho, os docentes também apresentavam predominância no nível de doutorado, com uma parcela significativa no mestrado. No entanto, os dados atuais indicam uma progressão: houve uma redução na proporção de mestres em relação a 2019 e um aumento no número de doutores (82,61%). Nos dois levantamentos, os servidores técnicos aparecem na sua maioria com titulação em especialização/MBA. Uma mudança importante observada nesta pesquisa diz respeito à progressão acadêmica: enquanto em Ramalho (2020) havia uma concentração maior de técnicos com graduação, nesta investigação houve uma redução expressiva nesse nível, acompanhada por um aumento nas especializações e mestrados. Isso evidencia um movimento de ascensão acadêmica: técnicos que antes possuíam apenas graduação avançaram para a especialização, e muitos que estavam nesse nível seguiram para o mestrado.

Gráfico 11 - Nível de Escolaridade dos Servidores



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

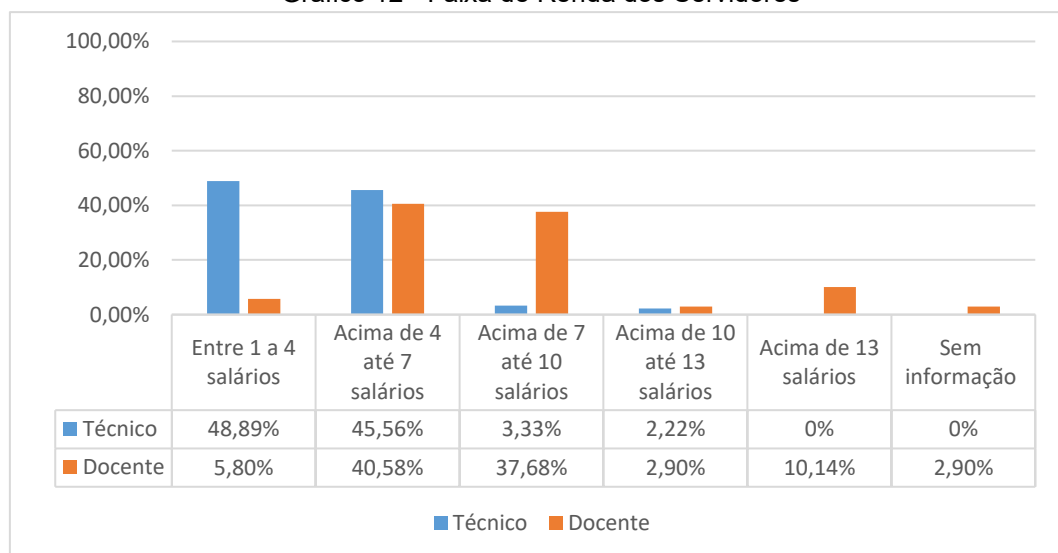
Posteriormente, com relação a renda dos servidores, é observado diferenças significativas, com é possível observar no Gráfico 12. Entre os técnicos administrativos, observa-se uma forte concentração nas faixas salariais mais baixas: 48,89% recebem entre 1 a 4 salários-mínimos, e 45,56% estão na faixa de 4 a 7

salários, totalizando mais de 94% concentrados nessas duas faixas. Apenas 5,55% dos técnicos se distribuem nas faixas superiores de renda (acima de 7 salários).

Em contraste, o grupo docente apresenta uma distribuição de renda mais concentrada nas faixas intermediárias e superiores. Apenas 5,80% dos docentes recebem entre 1 a 4 salários, enquanto a maioria se concentra nas faixas de 4 a 7 salários (40,58%) e de 7 a 10 salários (37,68%). Além disso, 13,04% dos docentes recebem acima de 10 salários-mínimos, incluindo 10,14% que estão acima de 13 salários, o que não ocorre entre os técnicos. Essa distribuição está diretamente relacionada às exigências de titulação para o exercício da docência no ensino superior público, que valorizam a formação acadêmica, impactando positivamente a remuneração.

Além disso, o gráfico também aponta que nenhum técnico declarou rendimento superior a 13 salários-mínimos, enquanto 7 docentes (10,14%) se encontram nessa faixa. A presença de docentes com alta titulação, colabora diretamente para essa diferenciação.

Gráfico 12 - Faixa de Renda dos Servidores



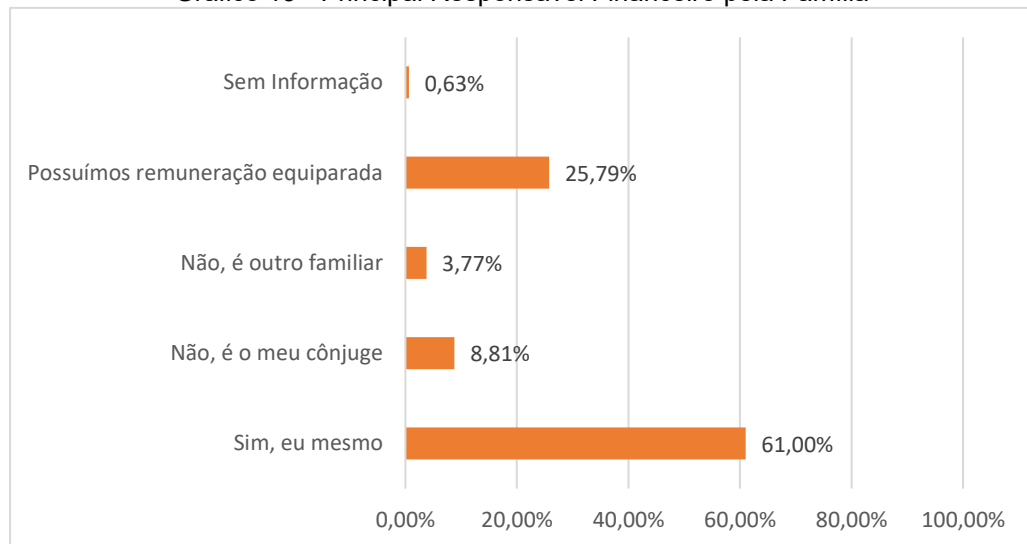
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Com relação ao responsável financeiro do grupo familiar (Gráfico 13), o mais expressivo grupo é composto por 61% (97 de 159) dos participantes, que afirmaram ser os próprios responsáveis financeiros, que administram suas finanças pessoais e/ou familiares com base em sua própria renda. O segundo maior grupo, com 25,79%,

(41 de 159) declarou que há remuneração equiparada entre os membros da família, dessa maneira, o participante não é o único responsável, mas sua renda tem peso equivalente à de outros membros, como o cônjuge ou filhos, no orçamento familiar.

Quando analisados em conjunto, esses dois grupos totalizam 86,79% dos participantes, o que permite afirmar que, para a ampla maioria dos respondentes, a renda proveniente da UFOPA é essencial para a manutenção da vida financeira familiar. Seja como principal fonte de renda ou em condição de igualdade com outro membro do núcleo familiar, a remuneração obtida na instituição tem um papel central na organização econômica dos servidores.

Gráfico 13 - Principal Responsável Financeiro pela Família



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

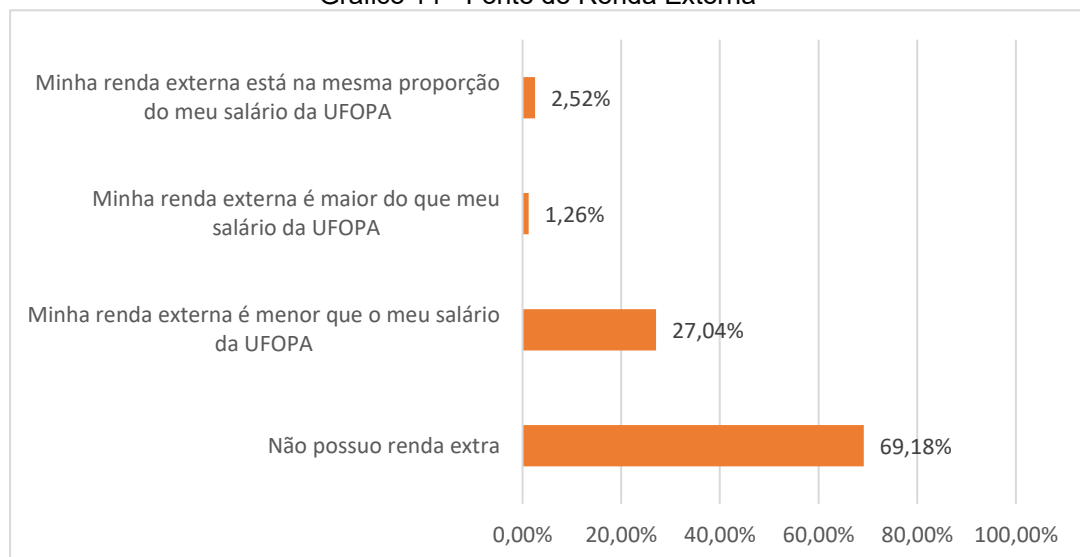
Posteriormente, foi analisado se os servidores possuem alguma fonte de renda além do salário recebido da UFOPA (Gráfico 14), a grande maioria dos participantes (69,18%) declarou que não possui nenhuma fonte de renda extra, o que evidencia uma forte dependência econômica do salário proveniente da UFOPA, muitas vezes única fonte de sustento para esses servidores, o que pode estar relacionado à estabilidade do cargo público e à dedicação exclusiva exigida em alguns vínculos.

Por outro lado, 27,04% dos respondentes afirmaram possuir uma renda externa, só que inferior ao salário da UFOPA, o que demonstra que, embora existam iniciativas de complementação de renda, elas não superam a importância da remuneração institucional. Já os percentuais de servidores que possuem uma renda externa maior é de somente 1,26%, e 2,52% que possuem a renda extra na mesma

proporção que o salário na UFOPA. Esses dados sugerem que apenas uma minoria muito restrita consegue manter atividades paralelas que se equiparem ou superem financeiramente o salário institucional.

De forma geral, os dados revelam que para mais de 96% dos servidores, o salário da UFOPA continua sendo a principal ou única fonte de renda, o que destaca a importância da instituição não apenas como espaço de atuação profissional, mas como pilar econômico fundamental na vida dos seus servidores. Como apontado anteriormente no Gráfico 13, 86,79% dos servidores que assumem a responsabilidade financeira por seus núcleos familiares demonstram que a remuneração recebida pela UFOPA tem um papel determinante em sua organização econômica, com impactos que ultrapassam o indivíduo e alcançam todo o grupo familiar.

Gráfico 14 - Fonte de Renda Externa



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Adiante, foi abordado sobre se a renda familiar mensal, é suficiente para cobrir as despesas (Gráfico 15), o dado mais expressivo é que 62,9% dos participantes afirmam que sua renda mensal é suficiente para cobrir as despesas, sendo que esse grupo se divide entre aqueles que conseguem poupar ou investir (31,45%) e aqueles que apenas conseguem cobrir os gastos, sem sobras (31,45%). Esse equilíbrio entre estabilidade e limitação orçamentária revela que embora a maioria consiga manter suas obrigações em dia, uns possuem dificuldades de construir uma margem financeira para imprevistos ou planejamento de longo prazo.

Outro dado significativo, é que 23,90%, declara que consegue manter uma reserva de emergência, o que aponta para algum grau de controle e planejamento financeiro, mas não o suficiente para investir ou ampliar o patrimônio. Já os 11,95% que afirmam recorrer frequentemente a empréstimos demonstram sinais de comprometimento financeiro, já que suas despesas estão ultrapassando a renda mensal, esse dado demonstra grande relevância, pois sugere uma dependência de acesso crédito, já que por serem servidores públicos, tem acesso facilitado para esse tipo de produto financeiro, o que pode comprometer a saúde financeira a médio e longo prazo.

De forma geral, os dados apontam que a maioria dos servidores consegue equilibrar o que ganham com suas despesas mensais, mas apenas (50 de 159) consegue de fato poupar e investir, enquanto 1,25% já chegou na situação de inadimplência, por não conseguir honrar com suas despesas mensais.

Gráfico 15 - Se a Renda Familiar Mensal é Suficiente para as Despesas



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Posteriormente, foi analisado as principais despesas dos servidores, nessa questão em específico eles tiveram a opção de marca até 4 categorias tidas como suas principais despesas no ambiente familiar. Dentre as 11 categorias de gastos, 4 se destacaram (Gráfico 16). A categoria de maior gasto entre os servidores está relacionado a gastos com Supermercado em Geral, tendo um percentual de 72,3% (115 de 159), nessa categoria é incluso gastos com alimentos, produtos de higiene, limpeza, dentre outros. Relacionando esses dados, com a pesquisa realizada por

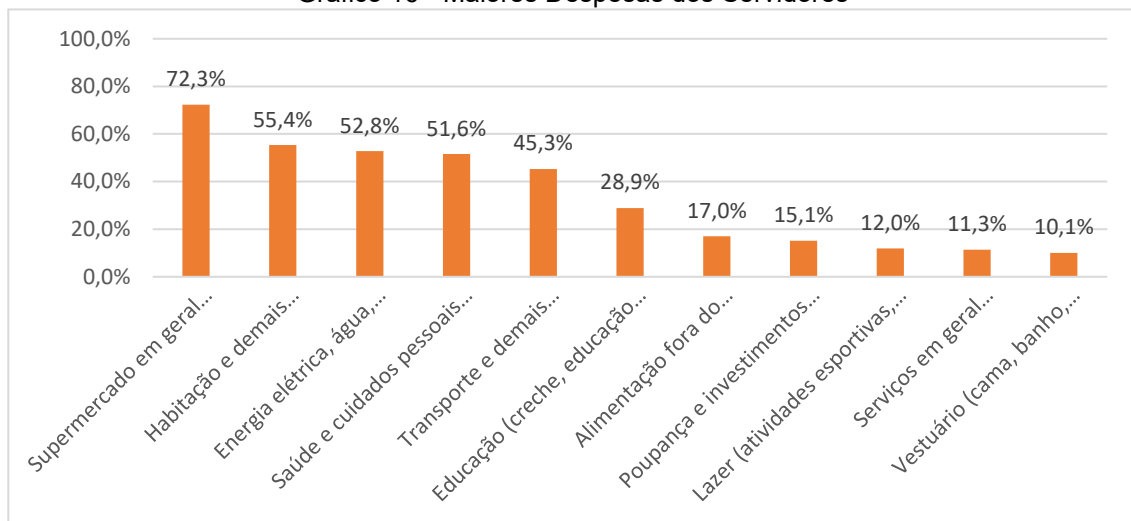
Ramalho (2020), ele constatou que na categoria de Supermercado em Geral, anualmente os servidores da UFOPA gastam mais de R\$ 11,2 milhões.

A segunda categoria com os maiores gastos é a de Habitação com 55,4% (88 de 159), nela estão incluídos gastos com: aluguel, condomínio, manutenção, financiamento de imóvel, IPTU, taxa do lixo, entre outras despesas com moradia. De acordo com Ramalho (2020), anualmente os servidores gastam cerca de R\$ 11,7 milhões com essa categoria relacionada a habitação. A terceira categoria mais selecionada pelos servidores foi a relacionada a Energia Elétrica e outros com 52,8% (84 de 159), nela estão inclusos gastos com: Energia elétrica, água, telefone, internet, gás e outros abastecimentos. Segundo Ramalho (2020), mais de R\$ 7,3 milhões são gastos anualmente pelos servidores para utilizarem esses serviços citados.

A quarta maior despesa respondida pelos servidores foi da categoria relacionada a Saúde e Cuidados Pessoais, com 51,6% (82 de 159), nessa categoria incluem serviços de consulta médicas, dentistas, manutenção em aparelho ortodôntico, exames laboratoriais, gastos com hospitais, cirurgias, exames de imagem, plano de saúde, academia, fisioterapia, entre outros. Conforme Ramalho (2020), anualmente é gasto com esses serviços mais de R\$ 7,2 milhões.

Além desses, cabe ressaltar que 15,1% (24 de 159) reserva parte do seu salário para poupar e/ou investir. Segundo Ramalho (2020), a categoria de Poupança e Investimento não se enquadra como uma despesa, pois a poupança é a parte do salário que não foi consumida pelas despesas mensais e o consumo imediato, sendo destinada por exemplo: a caderneta de poupança, reservas, investimentos de baixo, médio e alto risco, imóvel/terreno desde que esse não seja o de sua moradia, obras de arte, cerâmicas, entre outros. Em sua pesquisa, Ramalho (2020) obteve que mais de R\$ 8,7 milhões do salário dos servidores, são destinados anualmente para poupar e/ou investir.

Gráfico 16 - Maiores Despesas dos Servidores



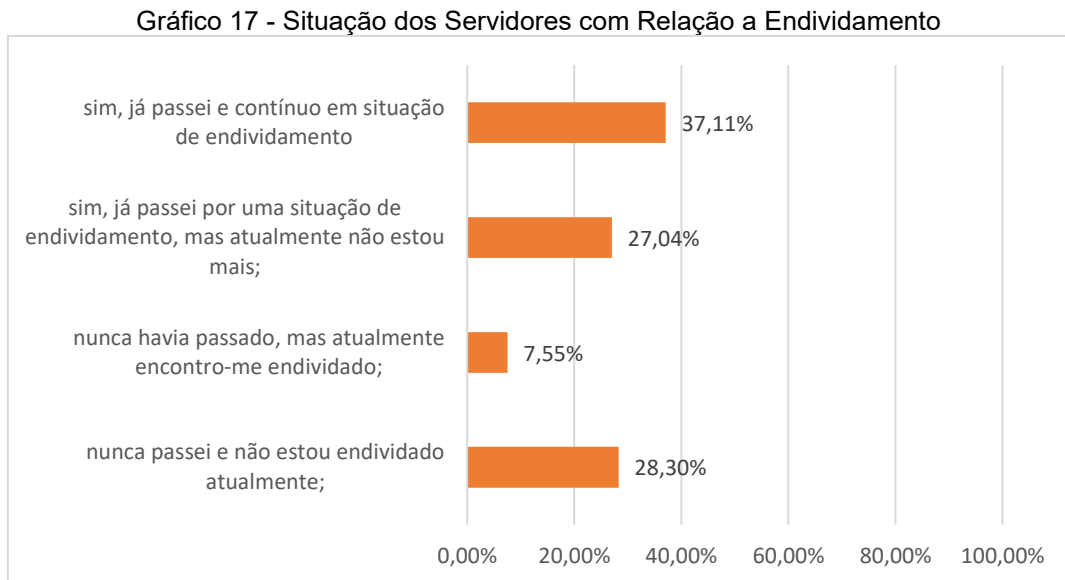
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025).

#### 4.2 Grau de Endividamento dos Servidores da UFOPA

Para entender o grau de endividamento dos servidores, foi levantada algumas questões com o intuito de entender a situação de endividamento entre os servidores, os tipos de dívidas e suas características. Na primeira questão sobre esse tema, conforme o Gráfico 17, 37,11% dos respondentes, já passaram e ainda estão passando por situações de endividamento, o que sinaliza que existe uma condição de reincidência no ciclo de dívidas. Já 27,04% afirmam que já passaram por situação de endividamento, mas conseguiram sair dela, o que se refere a experiências anteriores de insuficiência financeira. E uma parcela pequena de 7,55%, não tinham anteriormente a experiência de ter ficado endividado, mas atualmente encontra-se nessa situação.

Porém, quando se aborda a questão do endividamento é necessário ter em mente o que Copetti e Ramos (2019) explanaram, o endividamento é quanto a pessoa possui uma obrigação financeira para cumprir dentro de um prazo determinado. Então, a questão de grande parte dos servidores se encontrarem endividados, não significa que estão inadimplentes, que segundo Suno (2017) é quando a pessoa não cumpre com o pagamento da dívida adquirida. Esses dados estão de acordo com os dados obtidos na pesquisa realizada pela PEIC (2025), onde foi observado que aproximadamente 76,1% das famílias brasileiras encontram-se endividadas.

Em contrapartida, 28,30% dos servidores afirmaram nunca terem passado por uma situação de endividamento, o que indica que esse percentual possui mais estabilidade financeiras, por provavelmente, possuírem maior controle sobre seu orçamento.

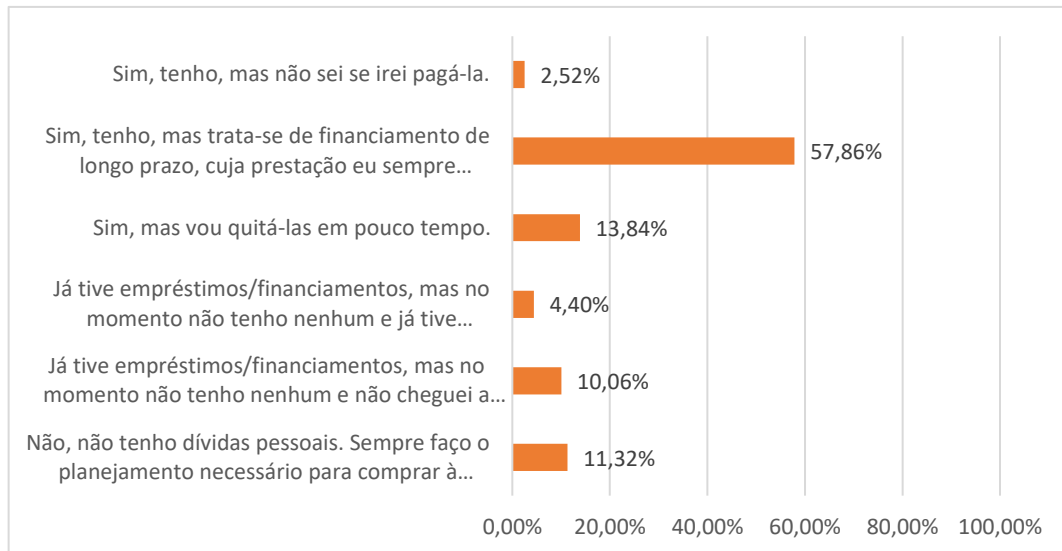


Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Adiante, outra questão levantada foi para entender se os servidores possuíam algum tipo de dívida e como reagiram ou estão reagindo para administrar dentro das finanças (Gráfico 18). A maioria dos servidores (57,86%) afirmou possuir dívidas de longo prazo, como financiamentos, mas que buscam pagar as parcelas regularmente. Esse comportamento demonstra que esse tipo de dívida teve planejamento antes de ser adquirido, geralmente para a aquisições de bens de maior valor que necessitam de um tempo mais longo para ser quitado, como imóveis ou veículos.

Outros 13,84%, já afirmam que possui dívidas, mas que pretendem quitar no curto prazo, o que sugere dívidas pontuais, geradas por exemplo, por situações emergenciais ou consumo de curto prazo. Ainda que menor, mas uma parcela de 2,52% afirmou não saber se terá condições de pagar as dívidas adquiridas, demonstrando uma grande vulnerabilidade financeira, que levará para um estágio de inadimplência, posição muito comum entre os brasileiros. De acordo com a pesquisa da PEIC (2025), dentro das 76,1% das famílias brasileiras que se encontram endividadas, 12,7% afirmam não ter condições de quitar suas dívidas.

Gráfico 18 - Se o Servidor Possui algum Tipo de Dívida



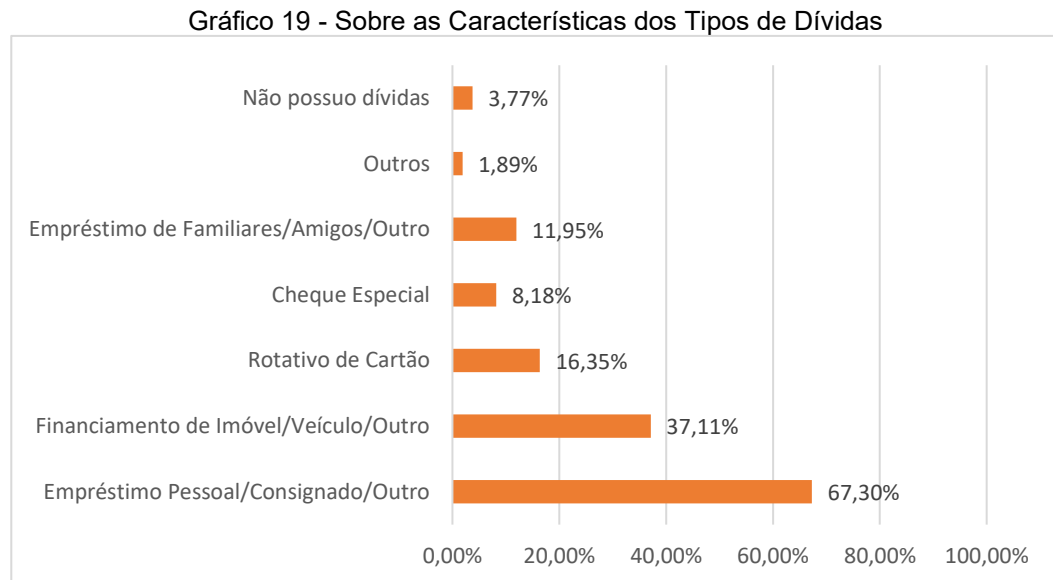
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Posteriormente, na última questão que aborda sobre endividamento, o objetivo foi entender quais as características das dívidas que esses servidores possuem, e foi permitido marcar mais de uma opção. Conforme o Gráfico 19, a opção mais utilizada foi o empréstimo pessoal, consignado, ou outro similar, onde 67,30% possuem, possivelmente é o mais utilizado por ser uma modalidade bastante facilitada para quem é servidor público, com a possibilidade de desconto em folha de pagamento.

Em seguida, o mais selecionado foi dívidas do tipo financiamento, seja de imóvel, veículo ou outro, colaborando com o que foi respondido na pergunta anterior (Gráfico 17), que 57,86% têm financiamentos de longo prazo, para aquisição de bens. E ainda outros, optam por modalidades que no curto prazo saem altas, por conta dos juros elevados, como rotativo de cartão (16,35%) e cheque especial (8,18%). E ainda há 11,95% , que opta por fazer empréstimo de conhecidos, familiares ou amigos, muitas vezes pela facilidade de acesso, por não existir burocracias, ou por já possuir outro tipo de dívidas em instituições financeiras, e preferir algo mais informal.

E apenas 3,77% (6 de 159) afirmaram não possuir nenhum tipo de dívida, número que contrasta com o total de 11,32% de servidores (18 de 159) que, na

pergunta anterior (Gráfico 17), marcaram não ter dívidas pessoais por planejarem suas compras à vista. Essa diferença pode indicar variações na interpretação do que se entende por “dívida”, especialmente no que diz respeito à sua forma, finalidade ou impacto no orçamento.



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

### 4.3 Grau de Conhecimento sobre Educação Financeira dos Servidores

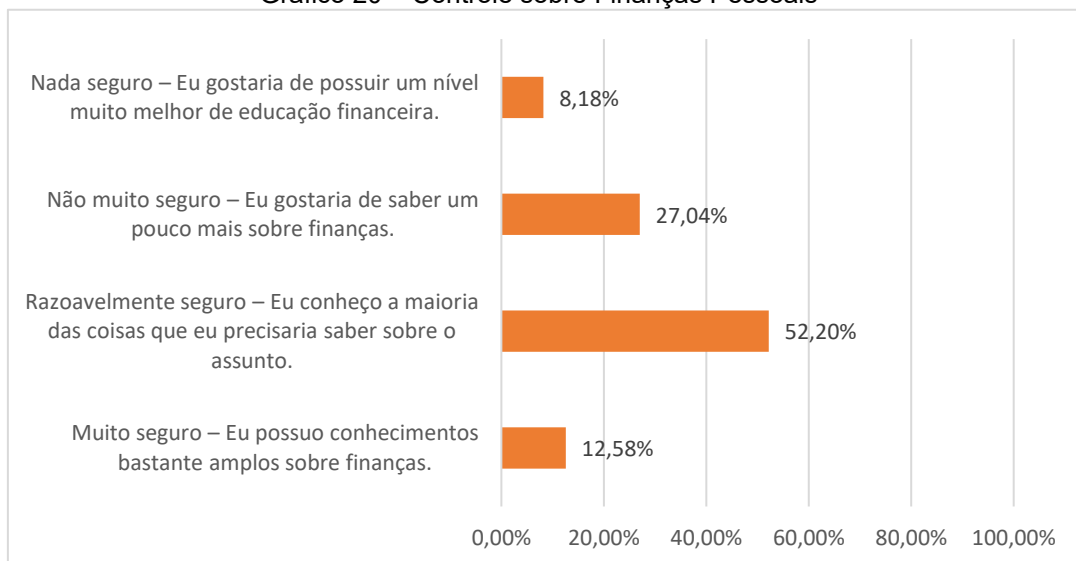
Para compreender o grau de conhecimento sobre educação financeira dos servidores da UFOPA, foram aplicadas questões voltadas para essa área. A primeira questão desse viés, buscou entender como os servidores se sentiam a respeito dos seus conhecimentos para administrar seus próprios recursos financeiros (Gráfico 20). A maior parte dos participantes, 52,20%, declarou sentir-se razoavelmente seguro quanto à sua capacidade de lidar com questões financeiras do cotidiano, isso indica que os servidores reconhecem possuir conhecimentos suficientes para a maioria das decisões práticas, mas não necessariamente domínio aprofundado do tema.

Adiante, 27,04% afirmaram sentir-se “não muito seguros”, indicando que gostariam de saber mais sobre finanças. Esses servidores reconhecem que seu nível de conhecimento é insuficiente para lidar com as próprias finanças de maneira confortável. Já 8,18% se classificaram como “nada seguros”, ou seja, eles assumem uma necessidade clara e urgente de melhorar seu nível de conhecimento financeiro.

Esses participantes representam um público-alvo prioritário para ações voltadas a educação financeira.

Por outro lado, apenas 12,58% dos servidores se sentem “muito seguros”, declarando ter conhecimentos amplos sobre finanças. Embora positivo, esse percentual pequeno de (20 de 159) indica que o domínio efetivo sobre o tema ainda não é uma realidade ampla entre os servidores.

Gráfico 20 – Controle sobre Finanças Pessoais



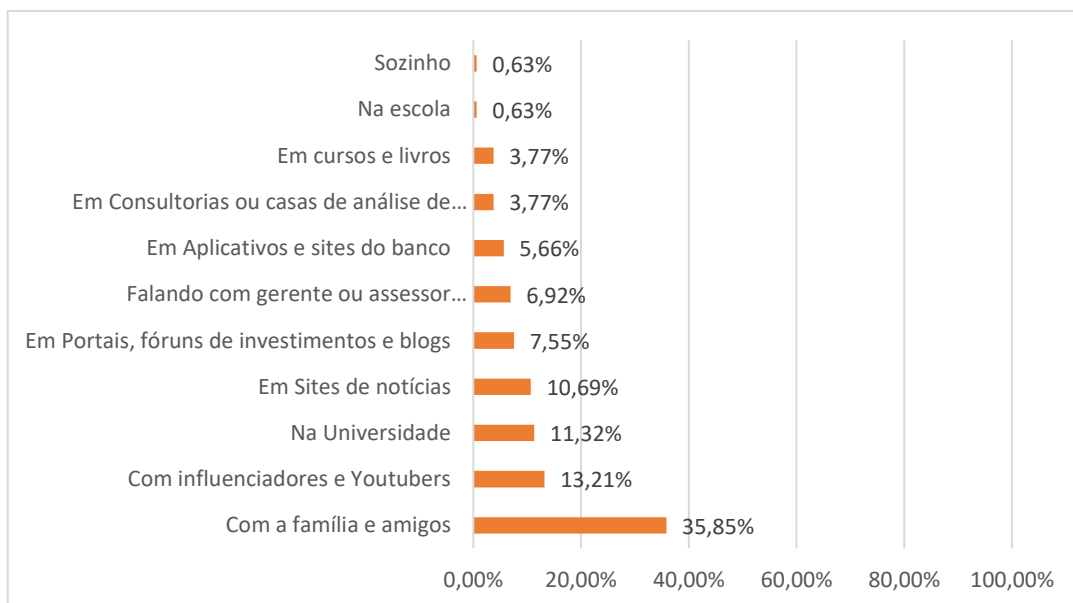
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Posteriormente, a próxima pergunta buscou entender onde esses servidores adquiriram o conhecimento financeiro que possuem. Conforme observado no Gráfico 21, grande parte adquiriu conversando com familiares e amigos (35,85%), demonstrando que adquiriram seu conhecimento fora de espaços formais de ensino, por meio de forma oral, vivencial e cultural. Ainda mais, 13,21% buscaram adquirir conhecimento por meio de influenciadores e Youtubers, priorizando a praticidade e a linguagem acessível, em detrimento de conhecimento confiável e técnico, de fontes especializadas.

Adiante, somente 20,75% dos servidores participantes afirmam que adquiriram conhecimento por meio de fontes especializadas, por meio de assessores ou consultores, instituições financeiras, cursos e livros voltados para essa área, entre outras fontes confiáveis. Isso evidencia que a educação financeira formal ainda é pouco acessada pelos servidores.

Referente a opção “Na escola”, em especial, aparece de forma quase irrelevante (0,63%), o que reforça a carência desse tema no currículo da educação básica. De acordo com a OCDE (2005), a “Educação financeira deveria começar o mais cedo possível e ser ensinada nas escolas”, pois esse aprendizado será refletido durante toda a vida do indivíduo. A educação financeira contribui para o desenvolvimento de competências fundamentais como planejamento, consumo consciente e gestão de recursos. Na ausência dessa formação, muitas pessoas acabam recorrendo a fontes informais, como influenciadores, blogs, familiares e amigos, o que pode levar à obtenção de informações incompletas ou até equivocadas. Por essa razão, é essencial que a educação financeira seja presente de forma contínua, da escola à vida adulta.

Gráfico 21 - Onde foi adquirido o Conhecimento Financeiro

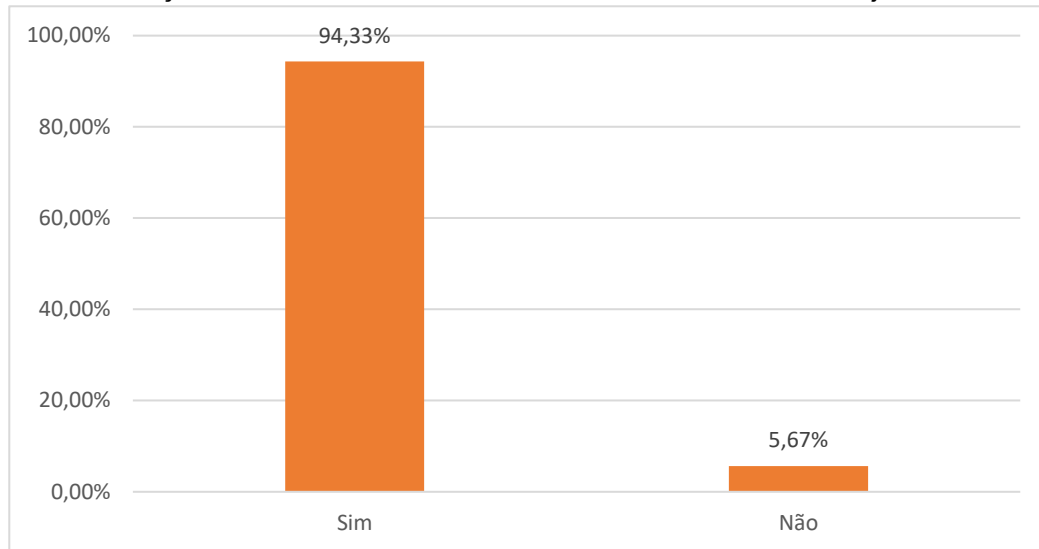


Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Adiante, foi observado que 94,33% dos servidores da UFOPA acreditam que existe relação entre endividamento e a falta de conhecimento e planejamento financeiro (Gráfico 22), um dado expressivo que reforça o entendimento da importância da educação financeira. Como apontam Savoia, Saito e Petroni (2006), a educação financeira permite maior compreensão dos produtos e conceitos financeiros, o que resulta em decisões mais conscientes sobre consumo, poupança e investimento. Complementando, Freire (2022) destaca que a educação financeira é, acima de tudo, um instrumento de mudança comportamental, pois capacita o indivíduo

a pensar de forma crítica sobre seus hábitos de consumo e a buscar alternativas mais sustentáveis e seguras para sua saúde financeira.

Gráfico 22 -Relação entre Endividamento e a falta de Conhecimento e Planejamento Financeiro



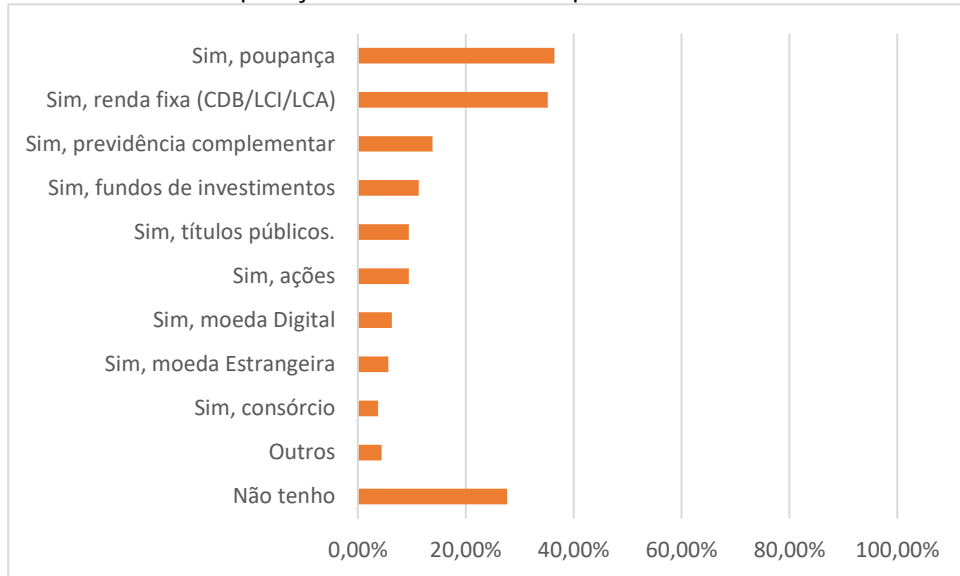
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

#### 4.4 Perspectiva sobre controle financeiro e investimentos pessoais

Para entender o tema sobre investimentos, foi perguntado aos servidores se eles possuíam algum tipo de aplicação e/ou investimentos, se sim, quais seriam as suas características, nessa questão foi dado a possibilidade de marcar mais de uma alternativa, para aqueles que possuíam mais de um tipo de produto financeiro (Gráfico 23). Com isso, duas categorias tiveram destaque, 36,48% afirmam possuir dinheiro investido em poupança, e 35,22% em renda fixa, como: CDB, LCI e LCA. Essas modalidades mais utilizadas pelos servidores, são conhecidas por serem de fácil acesso, alta liquidez e apresentarem baixo risco, predominando a preferência por segurança na hora de investir.

Ademais, 27,67% não possuem nem um tipo de aplicação e/ou investimentos, colaborando com o que já foi comentado no Gráfico 15, que tem servidores que não sobra dinheiro para criar reservas de emergência e investir.

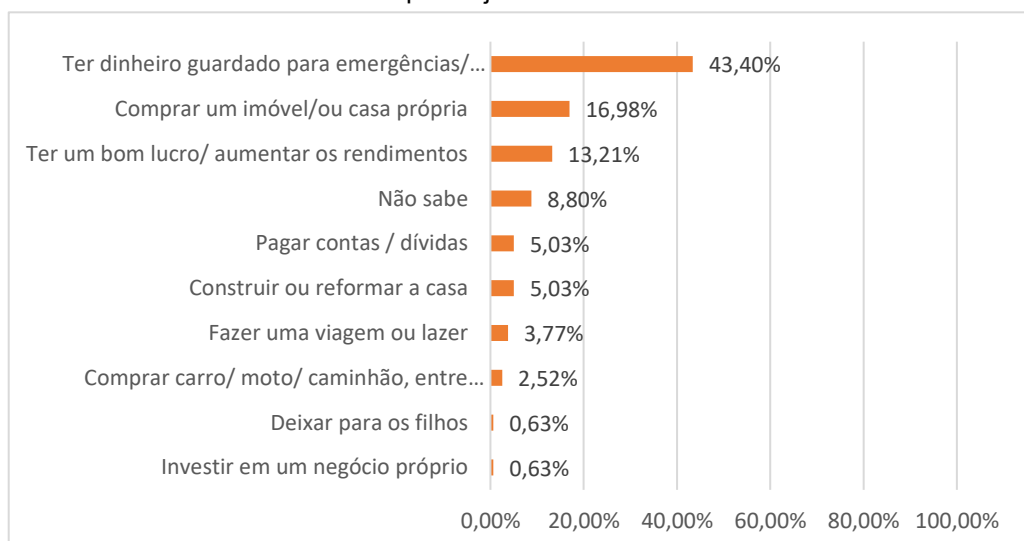
Gráfico 23 - Aplicação e/ou Investimento que os Servidores Possuam



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Adiante, a próxima pergunta teve o intuito de compreender quais os objetivos que os servidores têm com os investimentos que realizam (Gráfico 24). Grande parte dos servidores (43,40%) afirmaram que o objetivo principal é ter dinheiro guardado para emergências, colaborando com os dados anteriores do Gráfico 23, onde a maioria optou por investir em modalidades de baixo risco e de alta liquidez. Essa escolha revela uma postura de cautela, voltada à preservação do capital, mas com a possibilidade de resgate rápido dos recursos, caso alguma necessidade imprevista venha a ocorrer. Outro objetivo que teve destaque, foi relacionado a aquisição, compra ou reforma de imóveis, com 22,01% estão tendo como foco o setor habitacional.

Gráfico 24 - Principal Objetivo com os Investimentos



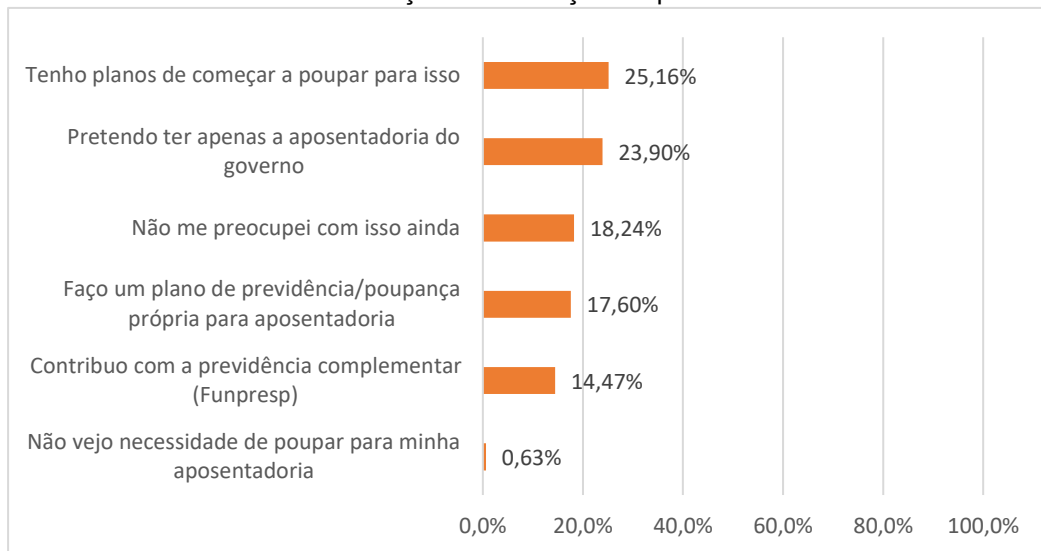
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Posteriormente, com o intuito de continuar entendendo os objetivos para o longo prazo dos servidores, foi perguntado sobre os planos com relação a aposentadoria (Gráfico 25). Dessa maneira, 25,16% afirmam ter planos de começar a poupar para a aposentadoria, demonstrando que reconhecem a importância do planejamento financeira para essa etapa da vida, mas que por algum motivo está sendo postergado. Com já comentado anteriormente, muitos servidores possuem planos já em andamento, como poupar para casos de emergência, comprar ou construir um imóvel, quitar dívidas, entre outros, e por esse motivo ainda não se planejaram para o período de aposentadoria.

Ademais, 23,90% pretendem receber apenas a aposentadoria do regime previdenciário público, essa alternativa pode ser viável e garantir estabilidade para os servidores que não possuem salários tão expressivos. Já que o regime previdenciário do governo possui um teto, que não pode ultrapassar mais de 5,3 salários-mínimos em 2025. Porém, para os servidores que possuem salários mais altos, como já foi constatado no Gráfico 12, essa confiança exclusiva pode revelar um risco futuro caso a aposentadoria pública não seja suficiente para a manutenção da qualidade de vida já adquirida ao longo dos anos de trabalho.

Adiante, existe um grupo expressivo de 18,24% que ainda não se preocupou com seu futuro financeiro nesse período, essa ausência de planejamento é um ponto de atenção, pois pode ser motivo de instabilidade e insegurança econômica futura. Essa falta de preocupação pode estar relacionada a diversos fatores, como a pouca familiaridade com o tema, a falta de hábitos de planejamento financeiro ou a priorização de outras demandas financeiras mais urgentes. Conforme evidenciado no Gráfico 17, 44,66% dos participantes afirmaram estar em situação de endividamento, o que pode justificar a concentração de esforços em resolver questões mais urgentes, adiando, assim, o planejamento de longo prazo.

Gráfico 25 - Situação com Relação a Aposentadoria

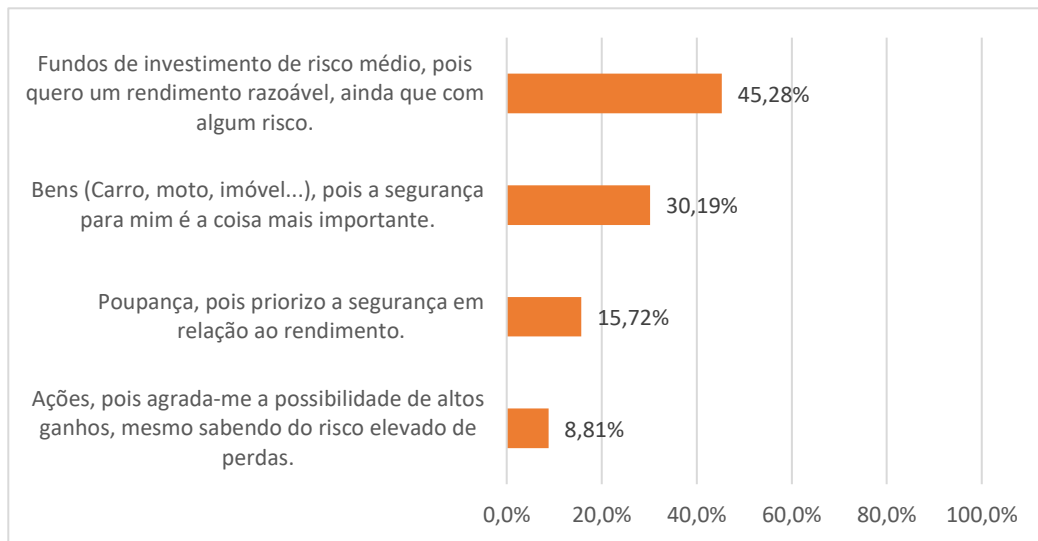


Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Ainda no que se refere à temática dos investimentos, foi elaborada uma questão hipotética na qual se considerava que o servidor possuísse recursos disponíveis para investir, sem um prazo definido para resgate, a fim de identificar com qual tipo de aplicação ele mais se identificava enquanto investidor (Gráfico 26). Os dados obtidos revelam que 45,91% dos participantes demonstraram um perfil conservador, priorizando a segurança na alocação dos recursos. Dentro desse grupo, 30,19% indicaram preferência por investir em bens, como imóveis, veículos e outros patrimônios físicos, enquanto 15,72% optariam pela poupança, mesmo reconhecendo seu baixo rendimento, em função da confiança e segurança que essa modalidade oferece.

Ademais, 45,28% dos respondentes declararam preferência por fundos de investimento de risco médio, assumindo um nível moderado de exposição ao risco com o objetivo de obter um retorno financeiro razoável, o que caracteriza um perfil moderado, disposto a equilibrar segurança e rentabilidade. Por fim, uma parcela menor, correspondente a 8,81% dos servidores, identificou-se com um perfil mais arrojado, disposto a investir em renda variável, como ações, motivado pela possibilidade de altos ganhos, mesmo reconhecendo os riscos elevados de perdas. Esse grupo representa os investidores com maior tolerância ao risco dentro do universo pesquisado.

Gráfico 26 - Se o Servidor tivesse recursos para investir, qual alternativa ele mais se identificaria



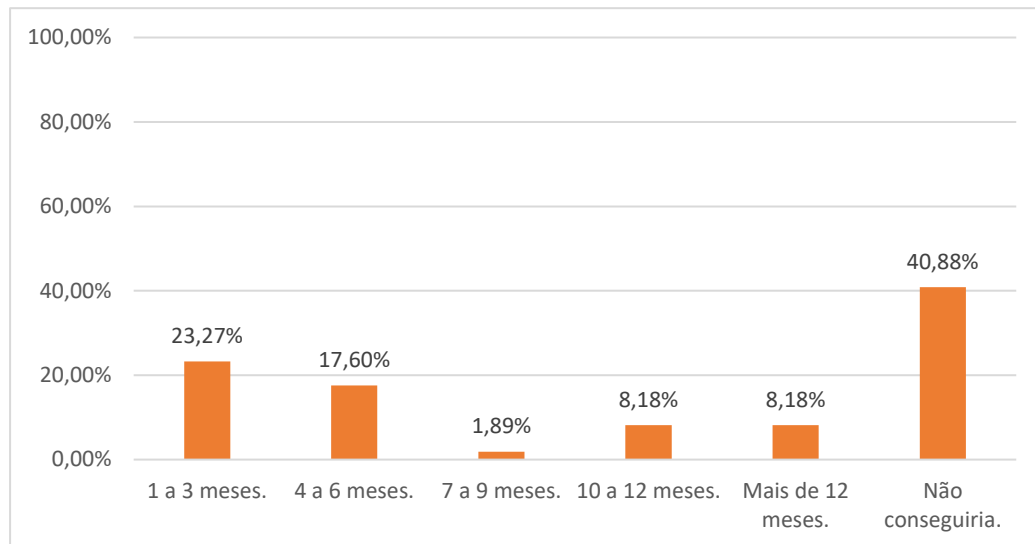
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Posteriormente, foi sugerido outra hipótese, se por algum motivo os servidores participantes perdessem sua fonte de rendimentos, por quantos tempo eles conseguiriam manter o padrão de vida atual que possuem, utilizando suas economias (Gráfico 27). Uma parcela significativa de servidores, 40,88% (65 de 159) afirmaram não conseguir manter por nenhum período o seu padrão atual de vida, evidenciando a ausência de reservas de emergência. Esse dado, associado às dificuldades em poupar e ao elevado índice de endividamento já discutido anteriormente, reforça a vulnerabilidade financeira de parte significativa dos servidores, e colabora com a pesquisa realizada por Dantas et al. (2023), onde 80% dos respondentes da pesquisa não possuem reserva financeira suficiente para manter o padrão de vida em caso de perda do emprego.

Além disso, 23,27% afirmam conseguir se manter pelo período de 1 a 3 meses com as suas reservas, já 17,60% de 4 a 6 meses. Somando esses dois grupos, 40,87% dos servidores conseguiriam se manter por até seis meses, que são aqueles servidores que no Gráfico 15 afirmaram ter uma reserva de emergência e poupam parte da sua renda. Porém, apenas 8,18% dos participantes declararam que conseguiriam manter seu padrão de vida por mais de 12 meses. Esse grupo representa uma minoria financeiramente mais estruturada, possivelmente formada por servidores que possuem reserva de emergência, investimentos, controle orçamentário ou fontes complementares de renda. A presença desse grupo, embora pequena,

evidencia que é possível construir resiliência financeira, especialmente com educação financeira, controle orçamentário e planejamento.

Gráfico 27 - Se por algum motivo os servidores perdessem sua fonte de rendimentos, por quantos meses eles conseguiriam manter o atual padrão de vida utilizando suas economias

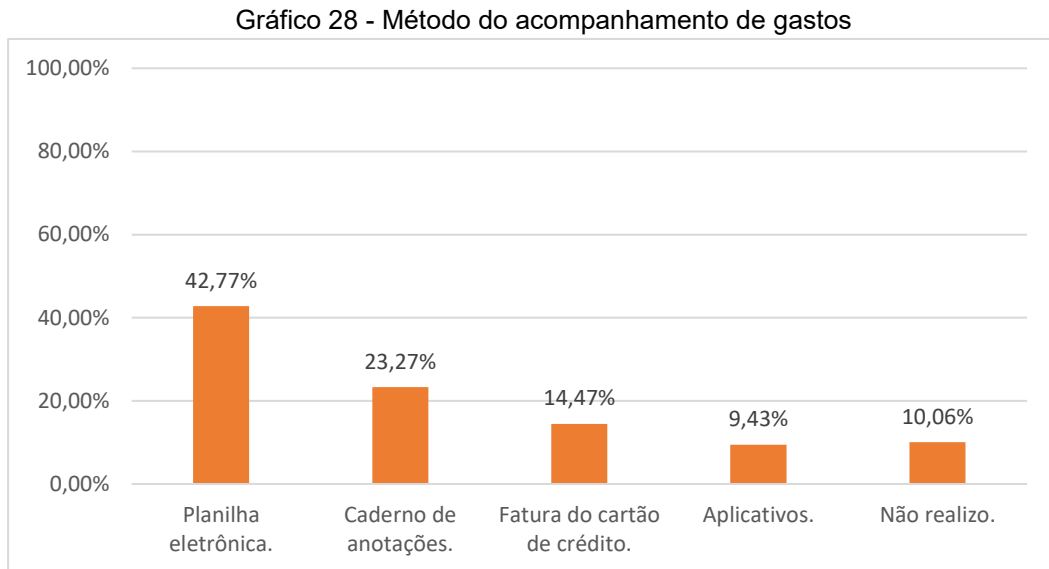


Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

Adiante, foi abordado sobre os métodos utilizados pelos servidores para controle e acompanhamento dos seus gastos (Gráfico 28). Dos participantes, 89,94% utilizam algum método de acompanhamento, enquanto 10,06% não realiza, demonstrando uma fragilidade orçamentária que pode contribuir para comportamentos impulsivos de consumo, dificuldade de poupar e maior propensão ao endividamento. A planilha eletrônica foi o método mais citado, utilizado por 42,77% dos participantes. Esse dado demonstra que uma parcela significativa dos servidores mantém um controle sistematizado de suas finanças, a fim de registrar receitas, despesas, dívidas e investimentos.

Em seguida, o segundo mais escolhido foi o da utilização de cadernos de anotações como forma de registrar seus gastos, 23,27% dos servidores utilizam esse método. Apesar de ser um método mais manual e menos automatizado, ele ainda se mostra relevante. Ademais, uma parcela de 14,47% dos servidores utiliza a fatura do cartão de crédito como base para o controle financeiro. Essa estratégia, embora útil para acompanhar os gastos mensais, acaba sendo limitada, pois se restringe às despesas feitas somente via cartão e não contempla uma visão geral das finanças pessoais. E apenas 9,43% afirmaram utilizar algum tipo de aplicativo financeiro,

percentual relativamente baixo, especialmente diante de uma diversidade de aplicativos voltados ao controle de finanças pessoais.



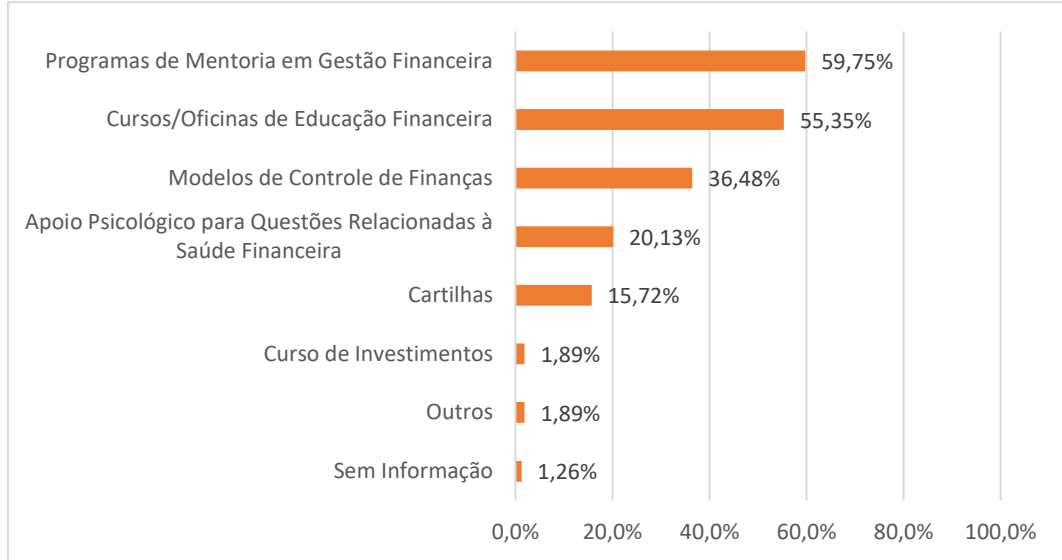
Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

E por último, foi abordado sobre ações que os servidores acreditam que seja relevante para serem ofertados na UFOPA, nessa questão era permitido ser escolhido no máximo duas opções (Gráfico 29). A opção mais selecionada foi “Programas de Mentoria em Gestão Financeira”, com 59,75% dos respondentes. Esse dado é bastante significativo e indica que muitos adultos sentem a necessidade de acompanhamento personalizado para lidar com sua vida financeira. É importante destacar que, para os jovens e futuras gerações, o caminho mais eficaz é a educação na base escolar, pois permite que os estudantes desenvolvam desde cedo noções de consumo consciente, poupança, planejamento e investimentos, evitando muitos dos problemas enfrentados pelos adultos atualmente.

A segunda maior demanda foi por cursos e oficinas (55,35%), evidenciando que a educação financeira é, de fato, um desejo de aprendizado entre os servidores. A terceira ação mais desejada foi o acesso a modelos de controle financeiro (36,48%), o que reforça que parte dos servidores reconhece a importância da organização orçamentária, mas ainda necessita de ferramentas práticas para aplicá-la no cotidiano. E referente ao apoio psicológico para questões relacionadas à saúde financeira, selecionado por 20,13% dos servidores participantes, merece atenção especial. Demonstra que os desafios financeiros impactam diretamente no bem-estar

emocional e psicológico, pois as finanças pessoais é um fator que afeta também a saúde mental, especialmente quando associadas a dívidas, insegurança econômica, ansiedade ou frustração por não conseguir cumprir os objetivos financeiros.

Gráfico 29 - Ações que os servidores gostariam que fosse ofertado



Fonte: Pesquisa direta elaborada pela autora (2025)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal elaborar e analisar o diagnóstico financeiro dos servidores da (UFOPA), compreendendo aspectos relacionados ao grau de endividamento, conhecimento sobre educação financeira, controle financeiro e perspectiva de investimentos pessoais. Para isso, foram definidos três objetivos específicos: realizar um levantamento bibliográfico e documental sobre a abordagem da educação financeira no Brasil e em outros países; identificar, por meio de dados secundários, o perfil financeiro dos brasileiros e seu grau de endividamento; e, por fim, diagnosticar a situação financeira dos servidores da UFOPA, analisando sua percepção sobre finanças pessoais, perfil financeiro e grau de endividamento. Dessa forma, todos os objetivos propostos foram alcançados, contribuindo para a compreensão do perfil financeiro desse público.

Diante dos resultados apresentados e discutidos nos tópicos anteriores, tornou-se possível traçar um panorama geral sobre o perfil financeiro dos servidores da UFOPA que participaram da pesquisa. Logo abaixo, o Quadro 1 foi organizado de maneira estratégica para evidenciar de forma geral as características que mais são predominantes em cada tópico da pesquisa, e quais características foram menos observadas e predominantes entre os participantes.

A partir dessa visão integrada, é possível compreender de forma mais ampla, os desafios e as potencialidades observadas na realidade financeira desses servidores. Esse panorama não apenas consolida os dados obtidos, mas também evidencia que, embora os servidores apresentem um perfil profissional qualificado, ainda enfrentam fragilidades significativas no que se refere ao planejamento e à gestão financeira pessoal.

Quadro 1 - Panorama geral dos entrevistados

| <b>GRUPOS</b>                               | <b>PREDOMINANTE</b>  | <b>NÃO PREDOMINANTE</b>  |
|---|--|--|
| <b>Perfil Financeiro dos Servidores</b>     | A UFOPA é a principal ou única fonte de renda.   | A presença de outras fontes de renda é baixa.                        |
| <b>Grau de Endividamento dos Servidores</b> | Um número expressivo de servidores encontra-se endividado ou já esteve nessa condição. | Um número muito baixo de servidores declaram estar livre de dívidas. |

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p><b>Grau de Conhecimento sobre Educação Financeira dos Servidores</b></p>  | <p>A maior parte dos servidores sentem segurança quanto ao seu conhecimento financeiro, porém essa confiança se baseia em grande parte em aprendizados informais.</p>                | <p>Uma minoria adquiriu conhecimento por meio de fontes especializadas.</p>                               |
| <p><b>Perspectiva sobre Controle Financeiro e Investimentos Pessoais</b></p> | <p>O perfil predominante é conservador, com preferência por investimentos como poupança e/ou renda fixa. E a prioridade dos investimentos é a formação de reserva de emergência.</p> | <p>Uma pequena parcela dos servidores possui planejamento financeiro de longo prazo para imprevistos.</p> |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na análise geral do perfil financeiro dos servidores entrevistados, foi observado que a maioria dos participantes (mais de 96%) tem na instituição sua principal ou única fonte de renda, evidenciando uma forte dependência do vínculo institucional tanto para a subsistência pessoal quanto familiar. Dessa maneira, esse dado demonstra o papel central que a UFOPA ocupa na vida financeira de seus servidores.

Adiante, no que se refere ao grau de endividamento, os resultados são igualmente significativos. Cerca de 44,66% dos servidores declararam estar endividados, e uma parcela ainda maior afirmou já ter vivenciado esse tipo de situação (64,15%). As dívidas mais recorrentes envolvem empréstimos consignados, financiamentos de bens e rotativo de cartão, demonstrando que muitos utilizam essas estratégias como forma de manutenção do consumo e da rotina financeira. Por outro lado, apenas uma minoria de 8,18% (13 de 159) afirmou possuir reservas suficientes para manter o padrão de vida por mais de um ano em caso de perda da renda, o que revela uma baixa resiliência financeira entre os outros servidores.

Posteriormente, quanto ao grau de conhecimento sobre educação financeira, a maioria dos servidores demonstrou certa autoconfiança em suas habilidades de gestão do próprio dinheiro. Contudo, os resultados demonstraram que a maior parte desse conhecimento foi adquirido a partir de experiências informais, aprendidas com familiares, amigos ou por meio de influenciadores e Youtubers, e não por meio de especialistas na área. Esse dado demonstra como a ausência da educação financeira

na formação básica e universitária impacta na vida adulta dos indivíduos, além de evidenciar a carência de políticas públicas voltadas à promoção da cultura de planejamento e controle financeiro.

Por fim, a respeito das perspectivas sobre controle financeiro e investimentos pessoais, foi predominante o perfil conservador entre os servidores, com preferência por aplicações de baixo risco e alta liquidez, como a poupança e renda fixa, voltadas principalmente para o aumento das reservas emergenciais. Além disso, ainda é bem reduzido a prática de planejamento financeiro de longo prazo, o que evidencia a necessidade de ações educativas mais estruturadas, voltadas especialmente à organização orçamentária, controle de gastos e alternativas de investimento.

Ao analisar esses dados de forma geral, observa-se um quadro no qual os servidores, apesar de apresentarem escolaridade elevada e certo domínio sobre aspectos financeiros cotidianos, ainda carecem de formação mais profunda e especializada em educação financeira e de políticas institucionais que promovam a melhoria e fortalecimento da cultura do planejamento financeiro. A ausência de planejamento financeiro na vida desses servidores se reflete, por exemplo, nos percentuais de participantes que se encontram inadimplentes, na utilização recorrente de produtos financeiros com juros elevados, como o rotativo do cartão de crédito e o cheque especial, bem como na reduzida capacidade de lidar com imprevistos e de construir, de forma contínua, uma trajetória de equilíbrio financeiro ao longo do tempo.

Um ponto relevante foi o reconhecimento, por parte dos próprios servidores, de terem aprendido sobre educação financeira de maneira informal, com familiares, amigos ou influenciadores, mas que demonstram interesse por mudanças na forma de ações formativas, como mentorias, cursos, oficinas, entre outros. Tais sugestões representam caminhos viáveis que a instituição pode considerar em políticas internas de valorização e aprimoramento dos servidores.

Entretanto, algumas limitações surgem ao longo do processo. A principal delas foi o tempo reduzido para a realização da pesquisa, o que impactou diretamente na amostra, que não teve a possibilidade de abranger mais servidores. Outra limitação foi que por conta do tempo reduzido, a pesquisa ficou restrita aos servidores da sede da UFOPA em Santarém. Dessa forma, não foi possível incluir os campi localizados nos demais municípios, que podem apresentar realidades distintas.

Como sugestão para trabalhos futuros, seria a aplicação do mesmo questionário de pesquisa nos outros campi da UFOPA, a fim de ampliar a amostra e comparar os dados com a pesquisa feita em Santarém, contribuindo para um diagnóstico mais abrangente sobre a educação financeira entre os servidores da instituição. E outra sugestão é desenvolver projetos dentro da universidade para pôr em prática as sugestões que os servidores propuseram, como forma de melhoria e aprimoramento do conhecimento tanto dos técnicos como dos docentes da instituição. Diante disso, a educação financeira, ainda que muitas vezes negligenciada, é um campo de extrema importância na vida de qualquer pessoa, ela contribui com a saúde financeira, da autonomia individual, planejamento a curto e longo prazo e proporciona qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Relatório: Raio X do Investidor Brasileiro. 5º ed. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. Brasília: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024. Estudo Especial nº 119/2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasil: Implementando a estratégia nacional de educação financeira. Brasília: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão*. Brasília: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017.

BANK OF JAPAN. Bank of Japan, 1999. Disponível em: <https://www.boj.or.jp/en/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

BARBATO, Nathaly; MURAKAMI, Rafael Guem; COSTA, Bruno Andrade. O papel da educação financeira no mundo globalizado. *Revista Inovação Tecnológica*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 62-78, jul./dez. 2022 - ISSN 2179-2895.

BRITTO, Reginaldo Ramos de. 2012. Educação Financeira: Uma pesquisa documental crítica. 263 fls. Mestrado em Educação Matemática – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC): análise de janeiro de 2025. CNC, 2025. Disponível em: [https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2025/02/Analise\\_Peic\\_janeiro\\_2025.pdf](https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2025/02/Analise_Peic_janeiro_2025.pdf). Acesso em: 20 abr. 2025.

COPETTI, A., & RAMOS, H. M. S. Inadimplência e endividamento das famílias brasileiras. *Revista de Estudos Econômicos*, 49(2), 175-201. (2019).

DANTAS, L. A. O. et al. O perfil do cidadão brasileiro versus o seu comportamento financeiro. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 11, p. 20981-21003, 2023.

DAURA, Samir Alves. Superendividamento do consumidor: abordagem estrutural e comportamental à luz do princípio do crédito sustentável. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

ENGLAND, J.; CHATTERJEE, P. Financial education: a review of existing provision in the UK. UK: Department for Work and Pensions, 2005. Disponível em: [www.dwp.gov.uk/asd/asd5/rports2005-2006/rrep275.pdf](http://www.dwp.gov.uk/asd/asd5/rports2005-2006/rrep275.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

FERREIRA, Juliana Cezário. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. *Caderno de Administração*, v. 1, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (FBEF). *Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira – 2022*. Brasília: FBEF, 2022. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/comunicados/Comunicado\\_enef\\_FBEF01-2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/Comunicado_enef_FBEF01-2021.pdf). Acesso em: 13 jun. 2025.

FOX, L.; HOFFMANN, J.; WELCH, C. Federal reserve personal financial education initiatives. Federal Reserve Bulletin, Autumn, 2004. Disponível em: [www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2004/autumn04\\_fined.pdf](http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2004/autumn04_fined.pdf). Acesso em: 25 dez 2024.

FREIRE, Jacqueline. Educação Financeira: Uma proposta de gestão econômica individual e familiar. São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HARTMANN, A. *et al.* A Educação Financeira no Brasil e em Portugal: Percursos e reflexões sobre as propostas voltadas à Educação Básica e Secundária. Quadrante: Revista de Investigação em Educação Matemática 33(1)112-132. São Paulo, 2024.

ISAIAS, Wana. Uma Análise Comparativa Entre As Estratégias Nacionais De Educação Financeira Do Brasil E Exterior. Rio de Janeiro, 2021.

J-FLEC. J-Flec, 2024. Disponível em: <https://www.j-flec.go.jp/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

KAISER, T. *et al.* Financial Education Affects Financial Knowledge And Downstream Behaviors. Massachusetts: National Bureau Of Economic Research, April 2020.

MARQUES, Claudia Lima. Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v. 75, p. 9- 42, jul./set. 2010.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO, Eliane Oliveira; MONTEIRO, Júnio Oliveira. A educação financeira para o enfrentamento de crises econômicas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 7, ed. 6, p. 5–20, 2022.

MORAIS, Gilson Ambrosio; HATANO, Nicoli Carolini de Lázari. Endividamento das famílias brasileiras. *Revista de Gestão e Estratégia - RGE*, v. 1, n. 1, p. 1–9, 2019.

OECD (2015). National strategies for financial education. OECD/INFE policy handbook. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2024.

OECD. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness: Recommendation of the Council. 2005.

PEREIRA, Vanessa Borges. *Planejamento financeiro na pandemia: importância da contabilidade para minimizar os impactos*. Faculdade E Escola Curso De Graduação Em Ciências Contábeis – FAT, 2020. Disponível em: <https://fatrs.com.br/faculdade/uploads/tcc/2e754cfb77056e6dcec75aaecbfbbb5f.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

PORTUGAL (2011). Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015. Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/SiteCollectionDocuments/PlanoNacionaldeFormacaoFinanceira.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.

PORTUGAL (2016). Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020. Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2018-05/pnff16-20.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.

RAMALHO, Enio Erasmo de Oliveira. O impacto socioeconômico do orçamento da UFOPA no Município de Santarém. Orientador: Rodolfo Maduro Almeida. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/528>.

SAITO, A. T. Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

SANTOS, Thais Lino dos; GUERRA, Alexandre Dinoá Duarte. Superendividamento do consumidor no Brasil diante da crise econômica advinda pela pandemia do Covid-19. Revista de Direito e Políticas Públicas, v. 8, n. 1, p. 47–58, jan./jun. 2022

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A. T.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. Anais.

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F.A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 41(6): 1121-41, Nov./Dez. 2007.

SERASA. *Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil*. Disponível em: <https://www.serasa.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SERASA. *Mapa da inadimplência: fevereiro de 2025*. São Paulo: Serasa, 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br>. Acesso em: 2 maio 2025.

SILVA, A.; POWELL, A. Currículos De Educação Financeira Para A Escola Nos Estados Unidos. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.6 n.3 set/dez 2016 ISSN 2238-2380.

SOUZA, M. F.; BRAGATO, C. G. *Planejamento financeiro pessoal e familiar: um estudo cultural e comportamental dos brasileiros*. Espírito Santo: IFES, 2020.

SPC BRASIL. Pesquisa sobre controle financeiro. São Paulo: SPC Brasil, 2015.

SUNO. FINANÇAS PESSOAIS - Inadimplência: entenda como evitá-la e se livrar das dívidas. Revista Suno. 2017. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/inadimplencia/>. Acesso em: 30 de abr. 2025.

TE ARA AHUNGA ORA RETIREMENT COMMISSION. Te Ara Ahunga Ora, 1995. Disponível em: <https://retirement.govt.nz/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

TODOS CONTAM. Plano Nacional de Formação Financeira: Todos Contam, 2011. Disponível em: [www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt). Acesso em: 02 jan. 2025.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA Vanderlei José. Educação Financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração da Unimep [en linea]*. 2011, 9(3), 61-86.

## APÊNDICE A

### Questionário de Pesquisa

Como pré-requisito para obter o grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Oeste do Pará, gostaria de solicitar vossa colaboração para preencher esse questionário que irá compor a parte da metodologia do trabalho monográfico "Uma análise sobre a educação financeira dos servidores da UFOPA".

Discente: Lissandra Portela

Orientador: Prof. Me. Enio Ramalho

Indica uma pergunta obrigatória \_\_\_\_\_

1. Qual o tipo de vínculo com a universidade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Técnico

Docente

2. Gênero: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Masculino

Feminino

Outro: \_\_\_\_\_

**3. Estado civil: \****Marcar apenas uma oval.*

- Solteiro(a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- União Estável
- Viúvo
- Outro: \_\_\_\_\_

**4. Faixa etária: \****Marcar apenas uma oval.*

- 16 a 25 anos
- 26 a 40 anos
- 41 a 60 anos
- 61 a 75 anos
- acima de 76 anos

**5. Escolaridade: \****Marcar apenas uma oval.*

- Ensino fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Especialização / MBA
- Mestrado
- Doutorado

6. Qual a sua renda mensal? ( Obs. 1: A renda mensal pode ser: o total de salários + lucro de CNPJ + rendimento de aplicações financeiras + bicos + etc. \*  
Obs. 2: Considere o seu salário subtraindo apenas os valores correspondente aos impostos e contribuições previdenciárias, independente se você tem um ou mais empregos, apresente o montante)

---

7. Você é o principal responsável financeiro de sua família? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, eu mesmo
- Não, é o meu cônjuge
- Não, é outro familiar
- Possuímos remuneração equiparada

8. Você possui alguma fonte de renda além do salário da UFOPA? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, e minha renda externa está na mesma proporção do meu salário da UFOPA
- Sim, e minha renda externa é maior do que meu salário da UFOPA
- Sim, e minha renda externa é menor que o meu salário da UFOPA
- Não possuo renda extra

9. Sua renda e/ou a renda familiar mensal é suficiente para as despesas? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, e sobra para investimentos e/ou poupança
- Sim, mas consigo manter apenas uma reserva de emergência
- Sim, mas não sobra
- Não, estou sempre fazendo empréstimos
- Não, atualmente estou inadimplente

10. Você e/ou sua família já passaram ou estão passando por uma situação \*  
de endividamento:

*Marcar apenas uma oval.*

- sim, já passei por uma situação de endividamento, mas atualmente não estou mais;
- sim, já passei e continuo em situação de endividamento;
- nunca havia passado, mas atualmente encontro-me endividado;
- nunca passei e não estou endividado atualmente;

11. Quais destas opções representa suas maiores despesas (assinalar no \*  
máximo 4):

*Marque todas que se aplicam.*

- Habitação e demais despesas com moradia (aluguel, condomínio, manutenção, financiamento da casa, IPTU, taxa do lixo, etc.)
- Transporte e demais despesas com locomoção (financiamento de veículo, impostos, seguros, multas, manutenção, combustível, lavagem, ônibus, taxi, transporte por app, transporte escolar, passagem fluvial, passagem aérea, veículos não motorizados como bicicletas e semelhantes, etc.)
- Energia elétrica, água, telefone (conta mensal ou recargas), internet, gás e outros abastecimentos
- Saúde e cuidados pessoais (consulta com médicos, dentistas, manutenção em aparelho ortodôntico, exames laboratoriais, hospital, cirurgia, exames de imagem, plano de saúde, academia, fisioterapia, etc.)
- Educação (creche, educação infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduação, jornal, revista, livros, materiais escolares, cursos diversos como de idiomas, preparatórios, técnico, informática, auto escola, dentre outros)
- Vestuário (cama, banho, calçados, acessórios, etc)
- Supermercado em geral (supermercado, açougue, feira, etc. Alimentos, produtos de higiene, limpeza, dentre outros)
- Alimentação fora do domicílio (quando este é um hábito contínuo e não está relacionado ao lazer)
- Lazer (atividades esportivas, bares, restaurantes quando não se trata de alimentação habitual de modo recorrente, pizzaria, lanchonete e semelhantes, teatros, cinemas, ingressos para estádio de futebol e semelhantes, jogos de azar, boates/danceterias, clubes, bebidas alcoólicas, fumos, viagens, etc.
- Serviços em geral (empregado(a) doméstico(a) fixo ou diaristas, caseiro, babá, costureiras, serviços bancários, manicure, cabelereiro, depilação, esteticista, etc.)
- Poupança e investimentos (caderneta de poupança, reservas, investimentos de baixo, médio e alto risco, imóvel/terreno desde que esse não seja o de sua moradia, obras de arte, cerâmicas, etc.)

12. Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão, limite de cheque especial, outras)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia.
- Sim, mas vou quitá-las em pouco tempo.
- Sim, tenho, mas não sei se irei pagá-la.
- Já tive empréstimos/financiamentos, mas no momento não tenho nenhum e já tive problemas com isso em outro momento
- Já tive empréstimos/financiamentos, mas no momento não tenho nenhum e não cheguei a ter problemas em relação a isso.
- Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.

13. Se você possui ou já possuiu algum tipo de dívida, qual era a característica \* dela?

*Marque todas que se aplicam.*

- Empréstimo Pessoal/Consignado/Outro
- Financiamento de Imóvel/Veículo/Outro
- Rotativo de Cartão
- Cheque Especial
- Empréstimo de Familiares/Amigos/Outro
- Outro: \_\_\_\_\_

14. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira.
- Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.
- Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto.
- Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças.

15. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Falando com gerente ou assessor presencialmente
- Com a família e amigos
- Na escola
- Na Universidade
- Em Sites de notícias
- Em Aplicativos e sites do banco
- Com influenciadores e Youtubers
- Em Portais, fóruns de investimentos e blogs
- Em Consultorias ou casas de análise de investimento
- Outro: \_\_\_\_\_

16. Você tem alguma forma de aplicação e/ou investimento financeiro? \*

Quais?

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim, poupança.
- Sim, renda fixa (CDB/LCI/LCA).
- Sim, fundos de investimentos.
- Sim, títulos públicos.
- Sim, previdência complementar.
- Sim, moeda Estrangeira.
- Sim, moeda Digital.
- Sim, ações.
- Sim, consórcio.
- Não tenho
- Outro: \_\_\_\_\_

17. Qual seu principal objetivo com seus investimentos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Comprar um imóvel/ou casa própria
- Ter dinheiro guardado para emergências/ por segurança
- Comprar carro/ moto/ caminhão, entre outros bens
- Fazer uma viagem ou lazer
- Investir em um negócio próprio
- Para gastos com educação sua/ ou de algum parente
- Deixar para os filhos
- Construir ou reformar a casa
- Investir em cuidar da saúde/ planos de saúde
- Pagar contas / dívidas
- Ter um bom lucro/ aumentar os rendimentos
- Não sabe

18. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não me preocupei com isso ainda
- Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo
- Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria
- Contribuo com a previdência complementar (Funpresp)
- Tenho planos de começar a poupar para isso
- Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria

19. Se você tivesse recurso para investir, sem ter prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo você mais se identificaria como aplicador? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Ações, pois agrada-me a possibilidade de altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas.
- Fundos de investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco.
- Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento.
- Bens (Carro, moto, imóvel...), pois a segurança para mim é a coisa mais importante.

20. Você acredita que existe relação entre endividamento e a falta de conhecimento e planejamento financeiro? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

21. De que forma você realiza o acompanhamento dos seus gastos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não realizo.
- Caderno de anotações.
- Planilha eletrônica.
- Fatura do cartão de crédito.
- Aplicativos.
- Outro: \_\_\_\_\_

22. Se por algum motivo você perdesse sua fonte de rendimento, por quantos \* meses você conseguiria manter o atual padrão de vida utilizando suas economias?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não conseguiria.
- 1 a 3 meses.
- 4 a 6 meses.
- 7 a 9 meses.
- 10 a 12 meses.
- Mais de 12 meses.

23. O que você gostaria que fosse ofertado para os Servidores da Ufopa? (No máximo 2)

*Marque todas que se aplicam.*

- Cursos/Oficinas de Educação Financeira
- Cartilhas
- Modelos de Controle de Finanças
- Apoio Psicológico para Questões Relacionadas à Saúde Financeira
- Programas de Mentoria em Gestão Financeira
- Outro: \_\_\_\_\_